



Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edison Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Cantto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº 046/95, do Senhor Sérgio Luiz Covalski, Chefe do GPS/SETI da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Edno Guimarães sobre "Existência e o Montante dos Recursos Orçamentários destinados ao Campus Extensão de Cianorte da Universidade Estadual de Maringá". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 0710/95, do Sr. Fernando

Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Péricles de Hollebem Mello, sobre "Celebração de Convênio entre a FUN-DEPAR e a Prefeitura Municipal de Paulo Frontin". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 0733/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, sobre "Licitação Feita Pela SANEPAR com a Metalnor". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a dispensa do interstício para a realização de sessões extraordinárias tantas quantas forem necessárias, a serem realizadas no dia 29 do mês corrente, quinta-feira.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1899

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja transformado em Comissão Geral, o Plenário da Sessão Ordinária do dia 29 do corrente (quinta-feira), para apreciar os projetos de lei que venham a receber emendas.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(aa) ALGACI TULIO,

NELSON JUSTUS,

ROSSONI,

CAITO QUINTANA,

SERGIO SPADA,

ANGELO VANHONI,

ELIO RUSCH,

e CEZAR SELEME.

REQUERIMENTO N° 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da ordem do dia.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os

projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS ALBOGHETTI

REQUERIMENTO N° 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por dez (10) Sessões do Projeto de Lei n° 145/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alair de Poli Estudini, aos 66 anos de idade ocorrido no dia 22 de junho corrente, nesta capital. Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos que deixa muitas saudades e recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1884

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Darcy Messina Costa.

Pessoa de boa índole, com grande número de amigos, deixa familiares e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada à Rua dos Eucaliptos, 68 Paineiras - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Sra. Marly Ferreira Laureano Leme ocorrido na cidade de União da Vitória em data de hoje.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 52 anos faleceu, em data de hoje, na cidade de União da Vitória, a Sra. Marly Ferreira Laureano Leme, deixando viúvo o Dr. Cícero Laureano Leme Filho e cinco filhos.

Seu falecimento veio abrir enorme lacuna não apenas no seio familiar, mas em seu vasto círculo de amizades, pois, dona Marly era professora e chefe da equipe de ensino no núcleo de educação de União da Vitória.

Destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Marly.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande, e a paz e o descanso eterno da Sra. Marly inicia agora e será para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família da Sra. Marly Ferreira Laureano Leme para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça e transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Marly sob a sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Laureano Leme, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Votos de Congratulações ao Instituto Agro-

nômico do Paraná - IAPAR, pela passagem, no dia 29 do corrente, de seus 23 (vinte e três) anos de atividades de pesquisa na área agropecuária do Estado do Paraná.

Requer ainda que, do presente, se dê ciência ao instituto congratulado, através de correspondência encaminhada à Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375, caixa postal n° 1331, Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O IAPAR desenvolveu tecnologias fundamentais para o crescimento da agropecuária com grande alcance econômico e social para o Paraná. Foram desenvolvidas também tecnologias de manejo, conservação e recuperação de solos, base sobre a qual se assentou o Programa Paraná-Rural, apontado pela ONU como um modelo a nível mundial.

REQUERIMENTO N° 1885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos ao Instituto Agrônomo do Paraná pela passagem do seu 23° aniversário de instalação, bem como pela eficiência dos resultados obtidos no desenvolvimento de tecnologias fundamentais para o crescimento da agropecuária e do incentivo agroindustrial, inclusive com tecnologias de manejo, conservação e recuperação de solos no Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Wilson Pan, Diretor Presidente do IAPAR, para que receba e transmita a todos os técnicos e colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Amanhã, 29 de junho, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR completará 23 anos de sua instalação.

Durante todos estes anos acompanhamos e testemunhamos como parlamentar, ou na condição de pecuarista e agroindustrial, a eficiência do trabalho e dos resultados obtidos no desenvolvimento de tecnologias fundamentais para o crescimento da agropecuária e do incentivo agroindustrial, inclusive com tecnologias de manejo, conservação e recuperação de solos no Estado do Paraná.

É possível sentir e viver hoje, mais do que nunca, que a função pública impõe dedicação extrema e ações concretas para reverter as situações adversas que o país enfrenta, as quais acabam afetando a vida de todos os brasileiros.

Não podemos mais ficar "esperando acontecer", como já ensinava na década de 60, a célebre canção de Geraldo Vandré.

Há todavia, um passo importante dado pelo IAPAR: o esforço empreendido pela atual diretoria, presidida pelo Dr. Wilson Pan, que desenvolve seu trabalho voltado para a política de austeridade.

Trazemos ao registro desta Casa estas considerações como voto de incentivo à continuidade dos trabalhos do IAPAR pela importância vital que tem para o progresso e o desenvolvimento do Estado. Este esforço assegura ao Paraná o suporte necessário para um surto de crescimento econômico e tecnológico e melhoria de vida para os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

Considerando que o cinema é uma formidável indústria de informação, dramaturgia e integração social, que desenhava a face do século vinte, por isto mesmo chamado de "a arte do século":

Considerando que a energia do cinema, enquanto arte e linguagem, vem influenciando, no mais das vezes de forma benéfica, o comportamento e a visão de mundo, não apenas das grandes como das pequenas cidades e comunidades, alimentando de realidade e emoção seus corações e mentes;

Considerando que não há indivíduo das nossas gerações que não tenha vivido a tempestade de luz que lhe passou diante dos olhos e da alma, na surpresa da descoberta do primeiro filme assistido;

Considerando a qualidade da programação e o alto nível dos filmes que os promotores oferecem neste evento comemorativo do centenário da invenção do cinema, ao lado da exposição de fotos, cartazes, roteiros, equipamentos e outros objetos que revelam ao público leigo os processos de realização cinematográfica, e finalmente, considerando a tenacidade e a persistência na área cultural, o elevado padrão de realização de filmes e a projeção que a Documenta Filmes trouxe nestes quinze anos ao Estado do Paraná, a cada filme ou vídeo premiado em inúmeros festivais nacionais e internacionais, sempre narrando ou documentando aspectos da história e da vida paranaense, o deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia Legislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de "Votos de Louvor e Congratulações" para a Biblioteca Pública do Paraná, a Secretaria de Estado da Cultura, o Museu da Imagem e do Som o BANEESTADO S/A e a empresa Documenta Produções Cinematográficas, promotores e patrocinadores do evento cultural que comemora o centenário da invenção do cinema

e os quinze anos de atividade culturais da empresa Documenta Filmes.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado - Arquiteto Jaime Lerner, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Cultura - Dr. Eduardo da Rocha Virmond, à Ilma. Sra. Diretora da Biblioteca Pública do Paraná - Sra. Marilene Millarch, à Ilma Sra. Diretora do Museu da Imagem e do Som - Cloriz de Souza Ferreira, ao Exmo. Sr. Diretor de Marketing do BANESEDO - José Schalapak e às Cineastas proprietárias da Documenta Filmes - Berenice Mendes e Lu Rufalco.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ALGACI TULLIO

REQUERIMENTO N° 1896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado um "Voto de Louvor" ao Padre Romano Bevilacqua, pelos relevantes serviços religiosos e filantrópicos prestados à comunidade do bairro de Santa Felicidade, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Padre Romano Bevilacqua nasceu em Pádua, Itália, no ano de 1920. De 1933 a 1945, estudou e formou-se no Seminário de Piacenza e Bassano. Ordenou-se em Bassano Del Grappa, em 1945. De 1945 a 1992, passou por várias cidades brasileiras, trabalhando em missões paroquiais, sempre espalhando caridade e bondade para com os pobres e doentes. Em 1992, radicou-se em Santa Felicidade, bairro da Capital do Paraná, onde atua até hoje com o mesmo espírito pelo sacerdócio e filantropia.

Hoje 29 de junho de 1995, o Padre Romano, comemora "Bodas de Ouro Sacerdotal". Assim sendo, justa será a homenagem desta augusta Casa de Leis, para com aquele que é um grande exemplo de bondade e humildade.

REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que se dê ciência a esta Casa de Leis e seja enviado às autoridades abaixo relacionadas, o documento Proposta para a Safra 95/96 e Diretrizes de Política Agrícola, elaborado pelas entidades representativas dos agricultores paranaenses.

Excelentíssimos Senhores:

- Fernando Henrique Cardoso - Presidente da República;

- José Eduardo de Andrade Vieira - Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

- José Serra - Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República;

- Dorothea Werneck - Ministra de Estado da Indústria, Comércio e Turismo;

- José Sarney - Presidente do Senado Federal;

- Luiz Eduardo Magalhães - Presidente da Câmara Federal;

- Osmar Dias - Senador da República;

- Roberto Requião - Senador da República;

- Luiz Alberto Martins de Oliveira - Senador da República;

- Odílio Balbinotti - Deputado Federal, integrante da Bancada Ruralista;

- Abelardo Luiz Lupion Mello - Deputado Federal, integrante da Bancada Ruralista;

- Alcides Modesto - Deputado Federal, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI

AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o Estado do Paraná colhe a maior produção de grãos de toda a sua história e assiste os agricultores perdendo ou vendendo suas propriedades agrícolas insumos, é de se concluir que muita coisa está errada na política agrícola nacional.

A proposta apresentada para a safra 1995/96, juntamente com as diretrizes de política agrícola elaborada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, FAEP, FETAEP, COCECRER, OCEPAR, Bloco Parlamentar Agropecuário e Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio desta Casa, procura sugerir medidas que venham a viabilizar o plantio da próxima safra, dando equilíbrio dos custos de produção com os preços mínimos dos produtos agrícolas produzidos em nosso Estado.

Desta forma, julgamos de suma importância que se dê conhecimento às autoridades nacionais, com poder de decisão, para que venham a mudar a situação crítica em que se encontra a agricultura nacional.

REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que determine a promoção de estudos a fim de viabilizar a criação da carreira do Magistério Público do Ensino Superior no Estado do Paraná, nos termos da propos-

ta encaminhada pela Universidade Estadual de Maringá, conforme cópia inclusa.

O artigo 179, inciso VI, prescreve que "o dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de valorização dos profissionais do ensino, garantindo-se, na forma da lei, planos de carreira para todos os cargos do magistério público, piso salarial de acordo com o grau de formação profissional e ingresso, exclusivamente por concurso de provas e títulos, realizados, periodicamente, sob o regime jurídico adotado pelo Estado".

A Universidade Estadual de Maringá está trabalhando para contribuir com o Governo do Estado na área de educação, razão pela qual espera-se que o Chefe do Poder Executivo determine os devidos estudos a respeito do assunto, para que essa iniciativa valorosa não fique relegada a segundo plano.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a reativação da Agência de Rendas do Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 28.07.95.

(a) SAMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Helena está situado na região extremo-oeste do Estado, entre Cascavel, Guaíra e Foz do Iguaçu, às margens do Lago de Itaipu, divisa com o Paraguai. Sua população é de 20.000 habitantes.

Conta o município com um Terminal Portuário "autorizado pela Portobrás e alfandegado pela Secretaria da Receita Federal cujo porto está sendo estruturado com a construção de sede administrativa da Receita Federal, e em fase de implantação, a estação Aduaneira. Em breve será colocado em operação na travessia Santa Helena/Porto Indio e Itaipu Porã/PY, três embarcações novas tipo Ferry Boat.

Encontra-se em fase de implantação um porto de areia para atender a microrregião, compreendendo entre 10 e 12 municípios circunvizinhos.

O conselho dos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu tem sua sede em Santa Helena, onde também será implantado o Projeto Costa Oeste, com um dos três polos de desenvolvimento.

É oportuno salientar que há pouco tempo, funcionava no município uma agência de rendas, com instalações próprias, a qual

foi desativada no governo anterior, passando a pertencer como uma "centralizada" de Marechal Cândido Rondon.

Em face do exposto, como a cidade vem passando por uma nova realidade econômica, acreditamos que deva ser reativada a referida agência de rendas, abrangendo os municípios vizinhos de Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste e Missal, atendendo assim justa e legítima reivindicação dessas comunidades.

REQUERIMENTO N° 1881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de uma Unidade Veterinária no Município de Santa Izabel do Ivaí, Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem em vista readequar os serviços de fiscalização sanitária no extremo Noroeste do Estado visto que a abrangência da Unidade Veterinária de Loanda é bastante ampla, dificultando a condução dos trabalhos de orientação e fiscalização. Sugerimos então, que a implantação de nova Unidade abranja os municípios de Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender à solicitação de usuários da linha Tanguá, para que seja mudado o ponto da rua Paula Gomes para a Avenida Cândido de Abreu, pois o local onde está localizado atualmente é muito escuro à noite e os usuários correm risco de assaltos.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de verificar a falta de médicos no posto de saúde Lamenha Grande. Há três meses não tem médico pediatra, e os moradores sugerem que sejam mudados os horários de aten-

dimento, sendo adultos pela manhã e crianças à tarde.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de colocar um revestimento no piso das salas de aula da Escola Estadual Professor José Guimarães, na Vila Hauer. Os alunos reclamam que, no inverno, as salas são muito frias e úmidas, e se propõem a contribuir financeiramente para que seja feito este benefício.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Reg. Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Governador Dr. Jaime Lerner, para questionar junto à empresa CESP - Centrais Elétricas de São Paulo S/A - reivindicando uma área de 800 hectares do Município de Paranapoema para o Estado do Paraná, posto que será atingida pelas águas do rio Paranapanema.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Existe no Município de Paranapoema, uma área de 1.735 hectares de propriedade da empresa CESP - Centrais elétricas de São Paulo S/A, como reserva para a construção da Usina Hidrelétrica de Rosarna. Segundo a empresa, esta área será atingida pelas águas do Rio Paranapanema.

Através de levantamento técnicos estima-se que 800 hectares não serão atingidos.

Nessa área de 800 hectares é possível que, em 250 hectares, instalem-se 03 cerâmicas com capacidade de geração de 200 empregos, face à propriedade do terreno (argiloso); o restante, 550 hectares, têm condições de abrigar o Projeto de Vila Rural, tão almejado pelo povo paranaense.

A administração municipal e a população preocupa-se que a área seja lícitada e destinada a particulares para outras finalidades.

A pretensão vem de encontro aos interesses do governo estadual e do povo paranaense.

Por isso solicita, em caráter de urgência, questionamentos junto à empresa

CESP S/A, reivindicando a área retro mencionada.

REQUERIMENTO N° 1879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola," no Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Mariluz, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminho da Escola", que liga o referido Município ao Distrito de São Luiz, passando pelos bairros Balança, Água do Salto, Água do Balança e Água do Mosquito, interligando São Luiz com aproximadamente 20 quilômetros.

Por esta estrada são transportados mais de 300 (trezentos) alunos com ônibus escolares durante o dia e a noite. Nessa estrada passa também o maior escoamento de produção agrícola; a mesma estrada liga as cidades de Alto Piquiri, Mariluz e Formosa do Oeste.

O percurso para o qual solicitamos especial atenção, possui um grande fluxo de trânsito de alunos, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 1888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER solicitando providências urgentes para a sinalização, colocação de redutores de velocidade e lombadas na BR-277, trecho Palmeira-Irati, especialmente no Km 191,5 assim como a retirada ou redução do barranco, que impede a visão da estrada, a fim de diminuir os acidentes que ocorrem naquele trecho.

Sala das Sessões, em 28.06.95

(a) PERICLES DE HOLLEBEN MELLO.

JUSTIFICATIVA:

O trecho em questão, especialmente no Km 191,5 tem sido palco de grandes acidentes, ceifando inúmeras vidas.

A comunidade daquela região pleiteia a

melhoria da sinalização naquele ponto, onde existe uma curva fechada que dificulta a visão, o que tem ocasionado inúmeros acidentes.

REQUERIMENTO N° 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jaime Lerner, Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, solicitando empenho pessoal no sentido de viabilizar o mais rápido possível a definição e a assinatura do convênio entre a Secretaria da Saúde e o CIMESPAR, Consórcio Intermunicipal do Médio Parana-penema, com sede em Londrina, cujos entendimentos se arrastam ao longo de 6 meses e, dada a morosidade e indefinição nas decisões, vem trazendo sérios prejuízos no atendimento à população em toda a região, por gerar dualidade de comando, entre outros problemas.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de mensagem ao Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando providências para criar os serviços judiciários no Município de Jataizinho, ou que esse município seja anexado à comarca de Ibioporã.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A sede da comarca, Uraí, à qual pertence o Município de Jataizinho, dista 34 Km, sendo servida por apenas duas linhas de ônibus interurbanos diários, dificultando o acesso à justiça, principalmente aos mais humildes.

Essa distância propicia o isolamento e a ausência da presença física do juizado bem como da promotoria, o que traz como consequência, a perpetuação de situações que não se coadunam com o estado de direito e cidadania almejados tanto por essa augusta Corte como pelos cidadãos jataienses.

Na impossibilidade absoluta da criação da nova comarca, propugna-se pela desvinculação de Jataizinho da comarca de Uraí e sua consequente anexação à comarca de Ibioporã, cuja sede dista apenas 7 Km e é ligada por rodovia servida por linhas de ônibus circular a cada 30 minutos, o que facilitará em muito a vida de todos os cidadãos jataienses.

REQUERIMENTO N° 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a transcrição nos Anais da Casa, de artigo da escritora Noely Manfredini D'Almeida que, com clareza e profundo conhecimento, retrata a história do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Seu trabalho na condução dos pleitos eleitorais, conquistas funcionais e ainda sua experiência em direito eleitoral, com dois livros publicados, Jurisprudência Eleitoral e Crimes Eleitorais, justificam o pleito.

Requer, ainda, a inserção em Ata de "Votos de Louvor e Congratulações" à emé-ria escritora Noeli Manfredini D'Almeida.

Outrossim, requer que, do mesmo, seja dado conhecimento à nobre escritora e à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de Plebiscito, para que a população da localidade de Paraná D'Oeste, se pronuncie sobre a criação do município citado, desmembrado do Município de Moreira Sales, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas, obedecendo as exigências do Artigo 19 da Constituição Estadual e de acordo com o Artigo 237 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

"Confrontações: Com o Município de Janiópolis: Começa no Rio Goio-Erê, na foz do rio Água Grande, segue pelo Rio Água Grande até encontrar a linha seca de divisa do Município de Goioerê. Com o Município de Goioerê: Começa no ponto de encontro do rio Água Grande com a linha de divisa do Município de Goioerê, segue pela linha de divisa de Goioerê, até encontrar o ponto de divisa entre as glebas 11 (onze) e 12 (doze) - 2ª Parte. Com o Município de Moreira Sales: Começa no ponto de encontro da divisa do Município de Goioerê com as divisas entre as glebas 11 (onze) e 12 (doze), segue pela divisa entre as citadas glebas até encontrar um córrego sem nome, sobe por este até a sua foz, na Água Boca de Leão, segue pela Água Boca de Leão até a estrada da gleba 11 (onze), seguindo por esta estrada até encontrar a rodovia PR-487, segue pela referida PR., até o rio Goioerê. Com o Município de Cruzeiro do

Oeste: Começa na estrada PR.487 no ponto de encontro com o Rio Goioerê, segue pelo Rio Goioerê até a linha da divisa com o Município de Tuneiras do Oeste. Com o Município de Tuneiras do Oeste: Começa no Rio Goioerê, no ponto de encontro com a linha seca de divisa do Município de Cruzeiro do Oeste, segue pelo Rio Goioerê, até a foz do rio Água Branca, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO DISTRITO DE PARANÁ D'OESTE - PERIMETRO URBANO

"Inicia no entroncamento das ruas 1° de Maio e Piquiri. Segue pela rua Piquiri até a rua 19 de dezembro, segue por esta até a rua América, por esta até a rua 1° de Maio, por este até o entroncamento com a rua Piquiri, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução procura, no âmbito deste Poder, atender a vontade da população do Distrito de Paraná D'Oeste em se emancipar para município, desmembrando-o do Município de Moreira Sales.

A exposição de motivos apresentados pela população, indica tratar-se de uma comunidade com objetivos voltados para o futuro, pelo que almejam grandemente esta emancipação.

Na área, a maioria deles tem grande vocação agrícola, o que os torna autosustentáveis; além de pequenas propriedades rurais, também outras culturas são desenvolvidas pela população de Paraná D'Oeste.

Por estas particularidades apresentadas, não temos nenhuma dúvida de que a transformação deste Distrito em Município, em muito virá contribuir para um maior desenvolvimento econômico, social e cultural desta comunidade, pois se estas pequenas propriedades contribuem para o desenvolvimento do Estado como Distrito, o que serão, uma vez elevados à categoria de Município?

Diante do exposto, contamos com a aprovação dos nobres Pares, autorizando a realização de plebiscito na área citada.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 033/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Teixeira Soares, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Fernandes Pinheiro, com as seguintes medidas e confrontações:

"Ao Nordeste confronta com o Município de Teixeira Soares, ao Sudoeste confronta com o Município de Palmeira e o Município de São João do Triunfo, ao Sul confronta com o Município de Rebouças e ao Sudoeste confronta com o Município de Irati e ao Noroeste confronta com o Município de Imbituva, com área total de 420 Km."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 256/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 03 de fevereiro de 1994, com sede e foro nesta Capital, a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 2° Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei n° 6015, de 31 de setembro de 1973.

A entidade tem como finalidade precípua prestar assistência espiritual e social às pessoas que necessitam, dentro de uma orientação evangélico-cristã.

Conforme se verifica pelos documentos apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar que o mérito para tal reconhecimento é decorrente da seriedade do trabalho desenvolvido desde a sua fundação.

PROJETO DE LEI N° 257/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária - Rio da Praia, Coroados, Barra do Saí, com sede e foro no Município de Guaratuba-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que tem procurado desenvolver um trabalho de reestruturação em atendimento à comunidade, principalmente os mais carentes.

Conforme o relatório de atividades em anexo, é merecedor da declaração de Utilidade Pública Estadual para melhor ser atendida pelos órgãos públicos.

No Artigo 1º do Estatuto Social, as funções são desempenhadas gratuitamente.

PROJETO DE LEI N° 258/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital", com sede e foro no Município de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, é uma entidade que tem por finalidade precípua representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria ou os interesses individuais de seus associados, bem como colaborar com o Estado como órgão consultivo no estudo e solução dos problemas da categoria, prestando assistência diversa à referida classe, visando um trabalho harmônico e integrado.

Tendo em vista os benefícios aplicados aos associados, vemos a necessidade de declará-la de Utilidade Pública.

Colocamos o presente projeto à apreciação dos nobres pares desta Casa e solicitamos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 259/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP-BR-PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei ora apresentado vem de

encontro aos anseios de nossa comunidade, em se tratando a entidade de um órgão de suma importância, pela realização de diversos programas, eventos, encontros, seminários etc., visando sempre aprimorar o atendimento às crianças da faixa etária compreendida entre 0 e 6 anos e promovendo completa harmonia entre o educando e o educador.

A OMEP - Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, vem desenvolvendo um trabalho voltado também às associações municipais, entidades públicas e privadas, com o objetivo de fortalecer ainda mais o bom atendimento prestado às crianças (indiretamente) ou seja: oferecendo ao professor pré-escolar cursos, palestras e seminários, com o intuito de capacitar recursos humanos, de extrema importância nesta área.

Dado a importância do projeto em tela é que pedimos a colaboração dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 260/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga -PR (SINTIMOP), com sede e foro na Cidade de Pitanga.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.07.95.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga-Pr, tem por objetivo atender os trabalhadores desta área, e é entidade sem fins lucrativos, que promove o desenvolvimento da classe, realizando melhoramentos para a comunidade.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação do referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 261/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica criado o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado do Município de Teixeira Soares, com as divisas a seguir especificadas:

"Ao Nordeste confronta com o Município de Teixeira Soares, ao Sudoeste confronta com o Município de Palmeira e o Município de São João do Triunfo, ao Sul confronta

com o Município de Rebouças e ao Sudoeste confronta com o Município de Irati e ao Noroeste confronta com o Município de Imbituva, com área total de 420 km².

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

PROJETO DE LEI Nº 262/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Portadores de Deficiência Física não Sensorial, com sede e foro nesta Capital.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 29 de outubro de 1990, com sede e foro nesta Capital, a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Portadores de Deficiência Física não Sensorial é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação tem como finalidade precípua assistir e promover o bem estar e ajustamento geral de pessoas portadoras de deficiência física não sensorial, oferecendo-lhes as condições básicas para o seu desenvolvimento, auto-realização, integração social e sentimento de independência, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2º do seu estatuto.

Conforme se verifica pelos documentos apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar que o mérito da associação para tal reconhecimento é decorrente da seriedade do trabalho que desenvolve, principalmente como mantenedora da Escola 29 de Março, encarregada do ensino especial de portadores de múltipla deficiência, na faixa etária de 05 a 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Governo do trabalho, governo do jogo

aberto, governo da simplicidade, governo da humildade é o que podemos assistir no governo do Jaime Lerner. Ainda hoje vemos a solidariedade desta Casa de Leis, nessa confraternização, num almoço com a vice-Governadora e Governadora em exercício, a Emilia Belinati. Juntamente com os Parlamentares e é por isso que, muitas vezes, ficamos alegres, contentes, com vontade de lutar, com vontade de trabalhar para mostrar à população do Paraná o que é um governo sério, um governo honesto, um governo transparente.

Emilia Belinati que realmente representa a mulher do Paraná e que hoje representa toda a sociedade do Estado do Paraná. Mostrando sua firmeza, mostrando sua dedicação, mostrando a sua responsabilidade e pelo seu trabalho que foi nesta Casa de Lei. Hoje se torna um exemplo da política do Estado do Paraná e isto muito nos orgulha. Não só dentro do Estado do Paraná por um governo que temos, por um governo que prepara o futuro pensando no presente, fazendo o presente para que tenhamos uma vida melhor.

Senhores Deputados, o Nelson Tureck que é uma pessoa simples, que já foi um Vereador, que já foi um Prefeito e hoje veio como um Deputado nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para trabalhar junto com os Senhores, trabalhando junto com o governo que nos orgulha, que dá vontade de lutar, de batalhar, de reivindicar aquilo que o nosso povo, aquilo que nossa gente necessita. E hoje vemos aí um Governo que, acima de tudo, é um governo que respeita todos os partidos políticos. E neste almoço de confraternização, vi ali, Deputados de outras siglas partidárias, que é o PMDB, que é do PT, que é da coligação e sim um conjunto, os amigos, aqueles que fazem, aqueles que reivindicam.

Parabéns aos Senhores Deputados, também, por prestigiarem, hoje, esta Governadora. Esta Governadora que nos orgulha muito de representar o Estado do Paraná. E dizer que passamos a ver hoje, coisas simples, mas de suma importância e de grande responsabilidade.

Conhecemos aquela estrada que a maioria dos Deputados passam, que é a de Irati, que passa Palmeira-Irati e que vai a Guarapuava. Vemos ali estradas que há dois anos eram cheias de buracos, aonde o caminhoneiro que muitas vezes no fim do mês não podia pagar a sua prestação do seu pneu que estourou. E fomos na sexta-feira passada, quando fomos embora, a estrada estava boa. Com as fortes chuvas que houve no fim de semana acabaram causando danos na estrada, Deputado Alborghetti, causando enormes buracos e para surpresa nossa já, na segunda-feira, o governo do Estado do

Paraná, a Secretaria dos Transportes e o DER já estavam ali, fechando os buracos, para que não traga prejuízo ao nosso trabalhador, ao nosso motorista.

Isso que é um governo eficiente para que não deixe os acidentes acontecerem. E é por isso, realmente, que nos orgulhamos e estamos juntos, de mãos dadas, para representar este grande governo no "Paraná Novos Caminhos" para este Estado do Paraná. E ainda nesta tribuna para deixar registrado tivemos na última semana o Secretário da Saúde, Armando Ragio, na região da CONCAN. Esteve visitando o Município de Ubiratan, Juranda, Campo Mourão, Loissiana, Peabiru, aonde foi ver de perto as reivindicações daqueles Prefeitos, daqueles Vereadores, enfim, de toda a sociedade da CONCAN, para terminar obras que começamos em 1992, em 1989 e que não conseguimos a realização da obra do Hospital Municipal de Loissiana. E agora, nós, já, graças a Deus, com a visita do Secretário, com a liberação de verba do Governo do Estado do Paraná, não só o Município de Loissiana que vai ter o seu hospital porque não tinha, um hospital que estava quase pronto no meu mandato e infelizmente depois do mandato do ex-Governador Requião não se levou um centavo para aquele Município e hoje vemos a liberação através do Secretário, através do Governador, para felicidade daquele Município que é a inauguração do Hospital Municipal de Loissiana. E não é só Loissiana. Daqui a 60 dias também o Secretário da Saúde esteve no Hospital Municipal de Juranda o qual vai ser inaugurado, e já faço um convite aqui aos nobres Deputados para se fazerem presentes.

Portanto, é o Paraná, Senhor Presidente, uma vida nova. É o Paraná que vai se orgulhar, porque tenho certeza, Senhores Deputados, com o trabalho que vai ser realizado neste Estado do Paraná, o nosso Governador vai ser o futuro Presidente da República, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, é com satisfação, que em nome do Deputado Marquinhos Alves, anunciamos a presença do Prefeito de Dr. Camargo, Paulo Nok, bem como, a pedido do Deputado Seleme, o ex-Prefeito de Guaíra e suplente de Deputado Estadual do PPR, Deputado companheiro Oswaldino e demais acompanhantes.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pedi pela ordem para justificar. Vou me ausentar do Plenário para acompanhar os debates sobre a educação que está se realizando no Plenarinho desta Casa. Só para justificar a minha ausência e por qualquer chamada nominal retornamos. Estarei participando do debate, convidado,

chamado ao debate pela Comissão de Educação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado pela Mesa Executiva.

Com a palavra o ilustre Deputado José Maria Ferreira.

Também conosco aqui o ex-Deputado, ex-Presidente da Casa, nosso prezado e particular amigo, que desfrutávamos o convívio em 1974, como Deputado Estadual pela primeira vez nesta Casa, o ilustre ex-Presidente, Deputado Nilso Sguarezi.

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Deputado, Presidente desta Casa, Luiz Carlos Zuk, demais Deputados com assento nesta Casa.

O que me traz à tribuna da Assembléia nesta data de hoje é para relatar alguns fatos que vêm ocorrendo e que gostaríamos de ter o encaminhamento de Ofício ao Senhor Governador e ao Senhor Secretário da Saúde.

Hoje sabemos que a saúde é um problema sério nos municípios, no Estado e até pela própria União. E os municípios tendo o encargo de responder pela saúde mais diretamente estão buscando a saída, além da municipalização, além dos encargos pesados que essa municipalização traz através do Sistema Unico de Saúde, têm buscado se associarem, se constituírem em consórcio para poderem enfrentar a gravidade deste problema. Hoje, no Paraná, temos uma série de consórcios que visa fazer frente as dificuldades e as deficiências do sistema de saúde pública. Os Prefeitos da região da AMEPAR, sediada por Londrina, entenderam como saída, como busca, a criação de um consórcio, que é o CISMEDAR, composto de 23 municípios e que tem por finalidade prestar assistência pública aqueles que buscam a Saúde, por conta do Estado.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que hoje esse consórcio vive um dilema, há seis meses aguarda a assinatura de um termo de acordo para que ele possa funcionar, termo este entre a Secretaria de Estado da Saúde e o consórcio, para quê? Para que o Centro de referência e especialidades de Londrina possa dar atendimento não só a Londrina mas a população de outros 30 municípios.

Não sabemos os motivos que levam a isso, a levar o prejuízo ao atendimento, a levar dificuldades, se já não bastassem as que temos, permitindo e ensejando inclusive por parte do Conselho Municipal de Saúde de Londrina uma visita ao núcleo regional da Secretaria de Saúde e ao consórcio, em função das greves que está causando a

não assinatura deste termo de acordo, com o Governo do Estado.

Era um termo discutido com o Governo de transição, do qual o Dr. Armando, Secretário da Saúde participou, teve acesso, e hoje não se vê concretizado para aquela parcela da comunidade do Norte do Paraná este serviço, tão relevante.

Assumiu o consórcio mas não assumiu conforme haviam acordado os funcionários e hoje a Secretaria da Saúde vem retirando, paulatinamente, os funcionários, impedindo inclusive uma adequada aplicação da disciplina, transferindo funcionários para o IPE, para a Penitenciária. Temos enfermeiros sendo transferidos para atividades administrativas.

Não poderemos nos calar e precisaremos que esta Casa aprove este Requerimento de Ofício, com o apoio dos demais Deputados, ao Governador, solicitando, por parte da Secretaria da Saúde do Estado, atitudes que venham corroborar a assinatura deste termo e que permita que o consórcio e o esforço dos demais prefeitos possam efetivamente cumprir aquilo que o Estado hoje não cumpre. Não é de hoje, é de há muito, o Estado ausente da questão da Saúde, e quando municípios se apresentam com a disposição de trabalhar, não podemos entender e não entendemos a atitude da Secretaria de Saúde, tentando criar embaraços.

Porque se o Governador afirma que seus grandes parceiros são os municípios, não há razão para que este convênio não seja assinado. Esta é uma situação, que atinge a Londrina, Ibitiporã, Cambé e a toda INEPAR, meu caro Belinati, você também já foi um Prefeito e já viveu as dificuldades daquela região, no sentido do atendimento a saúde para a população do Norte do Paraná.

Por isso, espero dos demais companheiros Deputados, a aprovação do Ofício que encaminharei, em seguida, à Mesa, para que o Governo acelere a assinatura deste termo de convênio com o consórcio do médio Parapanema e SISMEPAR.

Muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença, neste Plenário, do ex-Vereador de Cândido de Abreu, Darci, e do jovem Alex.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anotado e ratificado pela Mesa a honraria da presença em nosso meio do ex-Vereador Darci, anotado pelo Deputado Edson Silva Lino.

Com a palavra, o Senhor Deputado Antônio Benilati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, colegas

Deputados.

O Brasil vive a mais forte recessão dos últimos 50 anos, e segundo alguns Anais da nossa história, provavelmente seja esta a pior recessão de toda a história republicana do nosso Brasil. Indústrias produzindo aquém da sua capacidade, porque não há mercado consumidor. O comércio vendendo pouco. Balconista que ganha comissão, levando pouco dinheiro para casa e vivendo também seus grandes dias de amargura, porque não há comprador. Gente ofertando imóvel pela metade do preço ou até por um terço do que vale e mesmo assim, não consegue vender o seu imóvel, ainda que a preço de pechincha.

Estava vendo o noticiário da imprensa nacional e regional, da enorme quantidade de falências e concordatas. Ainda saiu hoje um relato, pela manhã, de que aumentou para três milhões e meio o número de cheques sem fundos devolvidos em nosso Brasil.

O Deputado Vanhoni, que é bancário, acompanha melhor o que está se passando na rede bancária de nosso país, mas teria pulado de um milhão e pouco para três milhões e meio de cheques sem fundos, de contas encerradas, de pessoas que perderam o crédito, que foram sequestradas, e não é todo mundo por má fé, não. É a situação. Muita gente com patrimônio até razoável, mas não tem dinheiro para circular,

Uma boa parte tem para receber muito e não tem pouco para pagar os seus encargos, e estava vendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o retrato triste no primeiro ano do Plano Real, que será festejado amanhã pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo seu governo. Seria tão bom que no instante em que o governo vai fazer a propaganda do Plano Real, que é uma coisa boa que veio para o Brasil, tem o seu lado bom, tem o seu lado positivo, mas há um contraste terrível, porque eu via, com o coração partido, caros colegas, o que a televisão exibia e o Deputado Reny Borsato conhece esse problema melhor do que eu.

No Brasil temos hoje, na festa do primeiro ano do Plano Real, 300 mil caminhoneiros que estão com os caminhões estacionados na garagem da sua empresa, no portão da sua casa, porque não há carga para transportar. É o efeito desastroso dessa recessão que está acabando com o nosso Brasil.

Diria, Senhor Presidente, que a recessão, o efeito maligno é bem pior do que a inflação. Numa inflação, se a Coca-Cola custar R\$ 1,00 a garrafa, e o consumidor enfiar a mão no bolso e tiver um real para pagar a Coca-Cola, ele vai chiar que é caro, mas vai beber a Coca-Cola. Na recessão, se a Coca-Cola custar dez centavos, muitos vão enfiar a mão no bolso, vão

achar que o preço está até barato, mas não vão ter os dez centavos para pagar por este produto.

Então, pior, muito pior, muito mais maligno do que a inflação que não é boa, e que ninguém quer inflação. Mas, muito pior do que a inflação, inegavelmente, é a recessão que o nosso Brasil atravessa. O agricultor insatisfeito, o empresário querendo parar a produção na sua fábrica. O homem que chega a produzir uma saca de milho e quando conclui a produção, ele concluiu também, que saiu mais caro para produzir a saca do produto do que o preço que ele alcançou para vendê-la.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Lia na "Folha de São Paulo" e no "Estadão", uma infeliz declaração do Presidente do Banco Central - Dr. Loyola. O homem acabou de chegar lá, não sei até se já houve a festa de posse. Me perdoem até pela falta de informação. Mas soube que o homem foi aprovado, é o Presidente do Banco Central, e ele vem com uma notícia que choca a todos esses brasileiros que estão tomando calmante para dormir, que estão tendo problemas de pressão alta, que estão correndo risco de ter derrame cerebral. E chocando a família daqueles que já até se suicidaram no Brasil, como eu via a notícia em Recife, de um empresário que se jogou no mar e se afogou, desesperado pela falta de dinheiro. Em Jandaia do Sul, no Paraná, o dono de um posto de gasolina parou o carro e quando o trem vinha, resolveu se jogar debaixo do trem, porque não conseguia mais dormir, atormentado com essa maldita política de juros altos em nosso Brasil.

Constantemente a imprensa traz gente que se suicidou. Para não falar daqueles que a imprensa não fala, mas que a gente sabe, que estão aí perdendo o sono, que estão desesperados. Alguns, quem sabe, até abandonando a empresa e ficando doente, em razão da política de juros altos.

Senhor Presidente, o que disse o Dr. Loyola, o novo Presidente do Banco Central: que a política de juros altos vai continuar alta sim. Para mim, Senhores Deputados, ou esse homem é muito bem sucedido financeiramente, não tem nenhum papagaio no banco, não tem cheque especial descoberto, ou ele está é mesmo por fora da dramática situação financeira que vive o nosso povo brasileiro. Caindo em empresas que aí estão, pegando telefone de penhora, de penhora, pegando a casa, pegando o carro penhorado. Gente que chega a penhorar, até mesmo nas repartições públicas, os agiotas correndo corredores de Assembleia, de órgãos públicos, de empresas para penhorar por muito pouco o salário do nosso funcionário, que, tendo conta a pagar, ele se enterra ainda mais. Sendo ví-

tima, também, da ação da agiotagem em nosso Brasil.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, hoje, parabéns ao Plano Real, sim. Mas também a nossa crítica, a nossa tristeza pelo desrespeito, pelas afirmações inconvenientes e inoportunas de autoridades, como o Presidente do Banco Central, que ao afirmar que para o bem do Brasil, os juros devem continuar altos. Esse homem está simplesmente faltando com o respeito, com milhões e milhões de brasileiros que vivem os momentos de angústia.

Conheço gente, Senhor Presidente, que chegou a colocar o carro usado para vender, comércio de carro usado que está totalmente parado, comércio de imóvel que está parado. Teve gente que colocou o carro para vender e não encontrou, sequer, oferta para o carro. Não é que alguém quisesse comprar mais barato.

Esta é a triste fotografia do Brasil na véspera de comemorarmos, na antevéspera de comemorarmos o primeiro ano do Plano Real. Que um dia possamos, com a graça de Deus, voltarmos a essa tribuna para elogiar o Presidente do Banco Central por pronunciamento mais humano, por pronunciamento mais respeitoso ao nosso povo, porque num país de inflação de um e pouco por cento ao mês e com o banco cobrando 16 a 18% de juro ao mês, numa conta do cheque especial descoberto, estamos vendo com muita tristeza e com muita dor que o povo brasileiro está sendo sim escravizado, Senhor Presidente, mas não é aquela escravidão que disse ontem no horário da fala do Presidente Fernando Henrique Cardoso no programa de rádio que ele transmite para o Brasil, que ele disse que há escravidão no Brasil na indústria de calçados em nosso país. A escravidão que há é da maior parcela do povo brasileiro, vítima de uma escravidão monetária dessa exploração desavergonhada das nossas autoridades que deveriam implantar uma política econômica de volta do desenvolvimento do Brasil, sem recessão, sem juros altos, como o povo brasileiro vem sendo vítima.

Então, Presidente Zuk, termino, dizendo: para mim - e ainda hoje a Rede Bandeirantes, pelo seu comentarista, ainda hoje...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, já no horário da Liderança do PDT, o ilustre Deputado Antonio Casemiro Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Obrigado.

Ainda hoje, um comentarista da Rede Bandeirantes, na parte da manhã, desmentia o Presidente, dizendo que não é na indústria de calçados que está a escravidão,

Senhor Presidente. Na minha opinião, a escaravidão está sendo imposta não é só pelo mal fazendeiro, não é só pelo mal industrial. É também pela maior autoridade deste Brasil, chamado Fernando Henrique Cardoso, pelo Presidente do Banco Central, Dr. Loyola, que vem, descaradamente, apregoar uma política de juros tão alta para o nosso povo.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Belinati, agradeço o aparte, e Vossa Excelência, com muita propriedade descreve o quadro dramático em que vive o país hoje e apenas para colaborar com o seu brilhante pronunciamento, vi uma pesquisa há poucos dias atrás, em que 38% dos brasileiros votariam, com certeza absoluta, novamente, no Presidente Fernando Henrique Cardoso. É óbvio que o resultado desta pesquisa nos leva a uma reflexão.

Aqueles que recebem o seu salário mensal, que vão ao supermercado, que vão à loja, é claro que verificam no dia-a-dia que o dinheiro, o Real, tem o seu devido valor. Não chegamos ao ponto do escárnio da inflação alta e escorchante aonde o cidadão ia até o supermercado, um pacote de farinha estava um preço hoje, e amanhã estava praticamente o dobro, aonde se perdia a referência com relação a nossa moeda.

É claro que nesse sentido a queda da inflação é uma reivindicação da população brasileira, ninguém quer voltar a conviver com a inflação e temos que reconhecer que a moeda estável nos leva, pode nos levar realmente a uma economia que possa realmente dignificar o nosso trabalhador. Não. Absolutamente não da forma que está sendo colocado o peso deste plano nos ombros do setor produtivo do país. Não são só os trabalhadores e concordo com Vossa Excelência, do mais simples agricultor ao pequeno empresário do quintal de qualquer empresa que tenha no fundo da sua casa, até o industrial hoje num parque industrial de qualquer cidade, se ressentem dos juros escorchantes e na verdade dessas decisões econômicas que estão cambaleando com o setor produtivo do país.

É lamentável, o Senhor acabou de colocar, Vossa Excelência coloca com propriedade, a morte por afogamento de um cidadão que se jogou no mar, tendo em vista a sua insolvência total e imagino que muitos daqueles que não conseguem se comunicar pela imprensa e que não temos a condição, aqui, de reproduzir a sua agonia por esta situação que está vivendo, não dorme realmente de noite, não tem condição sequer de prestar à sua família a dignidade que seu trabalho deveria ter com relação a contribuição no final do mês do seu salário. Vejo

uma situação difícil.

Há poucos dias atrás, tivemos o grito de alerta no Sudoeste com todos os segmentos mobilizados.

É uma situação extremamente difícil, meu caro Deputado, e não creio que nós, para mantermos esta moeda em paridade com o dólar, tenhamos que quebrar o setor produtivo do País. Não precisamos olhar o "efeito Tequila" ou o não sei o que, apenas virarmos o pescoço e prestarmos atenção no que aconteceu com a Argentina. 14% de desemprego; sucatearam o parque industrial; arreventaram o setor produtivo da Argentina, para manter a moeda nacional em paridade com o dólar. Nós estamos agora, em maio, pelos dados que chegam até nós, com 413% de falências, superior ao ano passado.

Vossa Excelência me dá outro dado estarrecedor: no mês de maio, neste País, o número de cheques sem fundo, era de 1.310.000. Vossa Excelência coloca que esta cifra ultrapassa os 3.000.000. É um estado de insolvência absoluta, ninguém consegue produzir. Acho que Vossa Excelência está de parabéns, porque temos a obrigação não só de estarmos atentos àquilo que falam as autoridades nacionais, mas também de refletir com o nosso posicionamento aqui, aquilo que muitos irmãos nossos, do Paraná e do Brasil, não têm a condição de fazer. E nós, revestidos, como representantes legítimos da população, temos este dever!

Meu caro Presidente, Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência também fez um pronunciamento, há pouco tempo atrás, chamando a atenção, não é possível que tenhamos que continuar nesta situação! Está se desestruturando a família, que é o último núcleo da sociedade que permanecia irretorquível, nesta situação econômica em que vive o País. Há uma desestruturação da sociedade, porque estão quebrando os setores produtivos.

Ninguém é contra o Plano Real - meu caro Belinati - até porque precisamos da estabilidade econômica, mas o preço não pode ser o preço colocado a duras penas nos ombros dos agricultores, até dos industriais, que compromete sensivelmente a geração de empregos.

Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. ANTONIO BELINATI - Agradeço ao Deputado Zucchi, pelo brilhante aparte.

Vou dar mais uns dados curiosos: hospedei, em casa, um Pastor de Atlanta, nos Estados Unidos, e começamos a comparar o preço da minha conta de luz e da dele, lá em Atlanta. Concluímos que a conta aqui é mais cara que lá. O automóvel aqui é mais caro que nos países de primeiro mundo; o remédio é mais caro; o restaurante, o ho-

tel, a roupa, uma porção de itens. Só que o nosso salário, do povo brasileiro - para ser bem modesto, temos dito que é de terceiro mundo, mas é até pior.

Concedo o aparte ao Deputado Rossoni e lembrando mais: o próprio Ministro, José Eduardo - que é banqueiro - já defendeu publicamente, na imprensa nacional, que a política de juros tem que ser uma política com juros mais baixos. Quer dizer, o próprio banqueiro entende que tem que ser mais baixo, e o Presidente do Banco Central, acha que o povo tem que ser sacrificado ainda mais, com uma taxa de juros ainda mais alta do que está pagando.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Belinati.

Naturalmente ouço, com atenção, seu pronunciamento, e este assunto é um assunto apaixonante, além de apaixonante, preocupante, porque vivemos um momento, na Nação brasileira, de expectativa, e falo aqui como representante do povo e como pequeno empresário. Acredito que todas as economias mundiais de que a gente tem conhecimento, ninguém jamais curou o desmandado administrativo, uma inflação de 50%, sem um remédio e nunca vi um remédio que fosse gostoso e doce. Sempre vi um remédio difícil de ser ingerido e amargo. Torço, como cidadão brasileiro, e tenho certeza absoluta e gostaria e sei que o Presidente da República tem esse posicionamento, torço para que esse remédio amargo que estamos tendo que ingerir, só queremos que tenhamos logo aí na frente, os resultados de uma economia estável, porque também se não aceitarmos essa posição do Governo Central, de corrigir as questões da economia nacional, os empresários não resistiam e nem os trabalhadores resistiam à situação de inflação a 50%.

Ouvindo diversos economistas e os mais renomados, todos colocam que a economia hoje está no rumo certo, mas que todos reconhecem que o remédio está sendo muito amargo.

O que me preocupa de tudo isso, Deputado Belinati - e a sua posição é correta - é de que este remédio amargo, deste momento, nos dê saúde para o futuro, para que as nossas empresas tenham condições de investir, de prosperar e de dar mais emprego, mas sem sombra de dúvida, com toda gravidade, da indústria madeireira - que é o caso que represento - fomos fazer um levantamento das indústrias madeireiras, para ver se trazíamos a situação da indústria madeireira, para fazer um alerta ao Governo do Estado e ao Governo Central, e para nosso espanto, todos os levantamentos que fizemos, as indústrias madeireiras, aquelas que estão se modernizando, aquelas que estão trabalhando racionalmente, estão conseguindo trabalhar com tranquilidade.

O que preocupa é o capital de giro das pequenas e médias empresas. Por quê? Porque as empresas que adentraram a um Banco para pegar dinheiro para aumentar a sua produção, aí é que ela esbarra nesse juro muito alto, e tenho certeza absoluta, não é nem a vontade do Presidente da República, mas é a situação da dívida interna brasileira que obriga o Governo Central para que tenha este juro, para poder segurar a inflação nos patamares em que se encontra hoje.

Tomara que este remédio amargo do momento, seja a solução de uma economia estável, porque com uma inflação baixa, quem ganha são os menos favorecidos, são aqueles que compravam a cesta básica há seis meses atrás, comprem hoje no mesmo valor. E é para estes que estamos a serviço.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Obrigado ao nosso Líder, ao Líder da nossa Bancada, Deputado Rossoni.

Concedo aparte ao Deputado Edgard Bueno.

O Sr. Edgard Bueno - Deputado Belinati,

sei que é preocupante o momento econômico que estamos vivendo no País, mas é bom lembrar também do que aconteceu de bom nesse País depois da implantação do Plano Real. Gostaria de lembrar aos Senhores Deputados, que em junho de 1.994, quando a inflação era 48% e que trazia uma preocupação muito maior, principalmente a classe mais pobre, ao trabalhador que depende do salário, depois de um ano do Plano Real, constatamos que passa pouco de 30%. Vivemos um ano a economia do Brasil e não superou, apenas um mês a inflação de junho de 94.

São pontos que precisamos refletir. Vejam bem que este ano estamos na casa dos 10% de inflação e ou outro ponto mais positivo e mais importante é que 15 bilhões de dólares foram transferidos para as classes mais pobres. Portanto, a economia está saindo da mão daqueles que tinham muito, para podermos atender àqueles que têm dificuldade de colocar a comida na mesa de seus filhos. Temos que ter a responsabilidade e a compreensão de saber que um Plano desta natureza para acertar a economia de um país como o Brasil, precisamos, como disse o Deputado Rossoni, de remédios amargos. Às vezes, é muito mais fácil partir para o discurso irresponsável, para a demagogia barata e para a simpatia popular, mas temos que ter a responsabilidade de saber que o País está no rumo certo.

As pessoas que discutem a economia, todos os maiores entendidos em economia do País, dizem e confirmam - e não tem como rebater - que este é um Plano amargo, mas é um Plano responsável que vai construir

uma economia positiva para o País e nesse sentido é que nós, que representamos a nossa população, principalmente do Estado do Paraná, temos que ter essa compreensão de rumar no sentido de consertarmos as irregularidades, para fazermos com que a economia do País possa se voltar imediatamente para a produção e construirmos um País firme e seguro. E é com as mãos firmes do nosso Presidente Fernando Henrique - embora isso possa ser impopular - é que ele vai levar essa economia - custe o que custar - ao caminho e ao rumo da produção e de uma melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATTI - Muito obrigado, Deputado Edgard Bueno.

Ainda hoje saía na imprensa que as Santas Casas estão falidas. Senhor Presidente, cada Governo que entra, faz um "marketing" tão bem feito, que se for pelo "marketing", Deputado Romanelli, não tem mais nenhum pobre no Brasil. Porque cada Governo diz: "Olha, fiz tanto pelos pobres". Aí vai ver que não tem favelado, é uma maravilha o que é apregoado pela imprensa. Nós desejamos sucesso para o Plano Real: como brasileiro, como cristão, estamos torcendo para o Presidente Fernando Henrique ser um bom Presidente.

Agora, o que está acontecendo é que o Presidente está no começo do mandato, fechou a torneira, segurou o dinheiro, retirou o dinheiro de circulação, jogou o juro lá em cima deu naquela filosofia: "Bom, agora não tem eleição, quando chegar a eleição a gente abre a torneirinha, revê os juros, o povo bate palmas. Vota no candidato do Governo de novo." Parece que é uma prática de boa parte dos nossos governantes. Quer dizer, o povo se sacrifica, é judiado, é pisoteado, é esmagado em seus direitos, em seus interesses durante uma boa parte do mandato, e quando chega perto da eleição é que eles resolvem fazer com que o País caminhe no seu desenvolvimento.

Como é que está diminuindo a pobreza no Brasil, se não estão construindo mais nenhuma casa popular com dinheiro do Governo? Não estão construindo rodovias, nem tapando os buracos das nossas estradas. Os hospitais estão falidos. A LBA, acabaram com ela. As instituições ficaram à beira da insolvência. Então, estamos vendo em todo canto esta situação. Saiu ainda ontem no noticiário nacional que diminuiu o mercado de trabalho no Brasil, a indústria acabou demitindo mais gente do que admitiu. O que estamos fazendo aqui não é um comentário pessimista. Tem coisa boa no Plano Real? Tem. Parabéns, porque a inflação está sob controle. O que queremos é um País se desenvolvendo e que o povo não se-

ja transformado, com todo respeito à classe dos ciganos, num verdadeiro cigano.

Quer dizer, a recessão é, realmente, a maior guilhotina, é a maior força, é a que mais mata e é a que mais acaba com as esperanças do nosso povo.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Belinati, nós que o acompanhamos e acompanhamos a sua vida pública de muitos anos, sabemos que a sua preocupação sempre foi com as classes menos favorecidas.

Logicamente que nós, inclusive, do PSDB, fazemos alguns questionamentos ao Governo. Como por exemplo, a questão dos juros altos, a questão preocupante, hoje, do possível desemprego em massa que venha pela frente. A questão da agricultura. Enfim, vários problemas que Exa. levantou. Mas se fizemos um levantamento, Deputado Belinati, principalmente com as classes menos favorecidas e se fizemos uma pesquisa, inclusive o Senhor deve ter visto na Gazeta do Povo do último domingo, quando se fez a seguinte pergunta, a questão de um ano do "Plano Real", onde 95% da população, principalmente a população assalariada do Brasil aprovando o Plano, porque diz, quem realmente perde com a inflação, quem mais sofre com a inflação alta é o assalariado, onde o trabalhador recebia o salário de 70 reais, quando chegava no dia 15 metade do seu salário tinha sido corroído pela inflação. Hoje ele está recebendo o salário de 100 reais. Que é pouco? Concordamos que ainda é muito pouco, mas já foi um tremendo avanço porque ele recebe o salário de cem reais e no final do mês a inflação é de 1, 1,5%.

Então, quem está sendo beneficiado hoje com o plano realmente é o trabalhador, aquele que sempre foi massacrado pela inflação alta. Logicamente que estes ajustes serão feitos com o passar do tempo. Quando V. Exa. falava de abertura, inclusive falando de planos eleitorais e tudo o mais, lembre V. Exa. do "Plano Cruzado" em 1986, onde na época o Presidente, se não me engano, era o Sarney, onde ele abriu totalmente a economia, liberando o dinheiro fácil e tudo o mais para ganhar as eleições realmente, onde praticamente na época o PMDB elegeu a grande maioria dos Deputados, Governadores, 95% dos Governadores. E o que ocorreu? Quando ele terminava o seu Governo a inflação estava em 86% e sabemos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por mais que haja de forma impopular vai levar adiante esta proposta, principalmente esta proposta de estabilidade da economia e das reformas necessárias para o País.

Então, é um momento difícil. Todos

concordamos. Ninguém aqui quer tapar o sol com a peneira, mas alguns resultados já estão sendo práticos e extremamente importantes para o País. O Senhor defendia agora há poucos minutos o Ministro José Eduardo, com relação a agricultura. Hoje já temos uma perspectiva para a próxima safra de termos 16% como juro, inclusive sem correção monetária, 16% fixo, para os pequenos produtores, pequenos e médios produtores. Quer dizer, uma reivindicação de muitos e muitos anos dos produtores rurais e isto só está sendo possível graças a estabilização da economia.

Enfim, acredito que com o passar do tempo, Deputado Belinati, o País realmente entre nos eixos. Alguns ajustes precisam ser feitos com relação ao próprio câmbio. O próprio Governo agora já anunciou uma nova banda, levando o Real próximo ao Dólar.

Acredito que até o final do mês de julho, começo de agosto teremos uma paridade de um para um que é a grande reivindicação principalmente do setor exportador do País. Enfim várias medidas, o Governo deve tomar nos próximos meses, ajustando a economia. Agora, não podemos querer que um governo com apenas seis, sete meses aonde encontrou realmente a situação caótica que o Brasil se encontrava, que acerte tudo em seis meses e principalmente se não tiver firmeza e tomar medidas realmente amargas para todos nós.

Mas, a vontade do Governo é acertar. Falamos com orgulho isto, que pela primeira vez na história da República não tivemos um caso, um único caso de escândalo no Governo, falando-se em corrupção de Ministro. Quer dizer, é um Governo sério, um Presidente sério que quer acertar. Realmente está passando por dificuldades, mas com um objetivo maior que é de acertar e conduzir o Brasil para aquilo que todos os brasileiros querem.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, ilustre Líder Cezar Silvestri.

Queria colocar bem minha posição: não tenho a postura de um político radical. O "Plano Real" é necessário para o Brasil. Estamos festejando o "Plano Real", mas temos que ter lucidez também, o mínimo de lucidez possível para enxergar o que está errado.

Estava vendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agora que se fala de desindexação da nossa economia passar o salário mínimo bruto para cem reais, mas tem o desconto, e em seguida o mesmo Governo que aumentou o salário mínimo para melhorar a condição de vida do povo, aumentou o preço dos remédios em 12,6% e a partir de depois de amanhã, dezoito itens subirão de preços nos supermercados, dezoito produtos

numa pancada só terão aumento nos supermercados, terão aumento de 10%, inclusive quem estiver com o pneu do carro careca, trate de trocar, até amanhã, porque depois de amanhã o pneu sobe 10%. A tarifa dos ônibus está praticamente liberada, algumas Prefeituras chegaram a aumentar em mais de 30%, numa pancada só a tarifa do transporte coletivo.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com vários produtos subindo, ligamos a televisão, ontem à noite, e com o nosso povo já perdendo o sono com o salário curto, aparece um Ministro, parecia um humorista, para tranquilizar e dar uma de machão, na televisão e dizer que a Economia está desindexada, mas que o salário mínimo não, o salário mínimo vai continuar indexado. Aí fiquei contente, pensei que o salário ia continuar subindo. Mas não, o Ministro, parecendo um humorista, parecendo querer gozar com a cara de milhões de assalariados, no Brasil, tranquilizou os operários dizendo que daqui a um ano, daqui a um ano, o salário mínimo terá que ser corrigido! Pasmem, Senhores, então vamos ter que ficar lendo, nos jornais, que vai continuar subindo o ônibus, o alimento, o gás de cozinha, que depois do salário mínimo o Governo subiu o gás de cozinha em 28% e de repente o trabalhador ainda tem que bater palmas, em frente a televisão, para o Ministro que apareceu ontem, tranquilizando, que daqui a um ano o salário mínimo será corrigido, para muitos não haverá nem necessidade dessa correção, porque se continuar este arrocho, este achatamento, muitos vão morrer antes de concluir a sua trajetória nessa estrada da vida, tão difícil em nosso Brasil.

Boa sorte, Presidente Fernando Henrique, boa sorte para o "Plano Real", e que a classe política, não se venda por favores, por cargos, como ontem, em Brasília, na hora de votar o projeto que regulamentava o Artigo da Constituição que tabelava os juros em 12% ao ano, a imprensa está lá denunciando que a maioria, em troca de cargos no Governo, foram abençoados e vão ser abençoados com cargos no Governo para concluir, acho que é uma aberração se apregoar juros de 12% ao ano, isso também é uma hipocrisia, mas que o juro não poderia ser mais do que 3, 4 no máximo do que 5% ao mês, numa inflação de um e pouco e o banqueiro ainda continuaria ganhando fortuna, disso não tenho dúvida. Agora, um juro de 16 a 18% ao mês, ele sufoca e acaba com essa esperança do nosso brasileiro de ver um dia, com o "Plano Real" a sua vida melhor.

Que Deus abençoe o nosso Brasil e que nosso Presidente, seus Ministros, os membros do seu Governo possam ter sabedoria sejam iluminados para adotar uma política

mais suave, mais humana e de maior respeito ao povo brasileiro.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria registrar a presença do Paulo Lock, de Dr. Camargo e também do Prefeito Osney Picango, de Corumbataí do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria anunciar a presença do ex-Vereador de Curitiba, Doático Santos, nas tribunas desta Casa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Satisfação a presença do Doático nosso amigo e conhecido de longos e vários tempos.

Com a palavra o Líder do PMDB, Caíto Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Continuo o raciocínio do Deputado Belinati e confesso a V. Exa. e aos Senhores Parlamentares que estava ali pensando se usaria o horário da Liderança do PMDB para continuidade do assunto abordado pelo Deputado Belinati e pensando por que? Porque muitas e muitas vezes aqui nesse Parlamento, nas Câmaras Municipais, nos clubes de serviço nos omitimos de algumas discussões, por julgar que não seja o fórum competente, porque não estamos na Câmara Federal ou no Senado da República para discutir assuntos referentes à política nacional, mas compartilho do pensamento e do pronunciamento do Deputado Antonio Belinati. Acho que é hora de termos uma visão crítica do momento que se vive na Nação, porque há um outro defeito. Normalmente quando um governo entra, esse governo coloca planos em funcionamento e é óbvio que a comunidade, a coletividade dá um determinado prazo para ver o que acontece e é lógico que quando se lança um plano em funcionamento, tem-se reserva para bancá-lo por um determinado tempo e aí, todo mundo cala e quando vai começar a falar, é porque, no linguajar popular "a vaca foi para o brejo".

Ora, Deputado Belinati, inflação alta é uma coisa relativa a ser analisada no dia-a-dia de uma Nação, porque se eventualmente pudéssemos ter uma inflação de 20%, um aumento salarial mensal de 20%, um aumento de custo de produtos de 20%, de serviços 20%, quanto teríamos de inflação? Zero. Agora, no entanto, se tivermos uma inflação espremida, segura em 1, 1,5, 2% mas tivermos taxas de juros de 16, 17, inibindo a produção, se tivermos déficits

na balança comercial do país como estamos tendo mês-a-mês, hoje ainda ouvia eu, anúncio de que neste mês fecharíamos com um déficit de balanço de um milhão de dólares, estamos somando todos os meses, estamos gastando reserva cambial do País para poder manter a inflação baixa e o nosso Real valorizado, estamos artificialmente tratando de manter a inflação como causa principal. Não estamos atacando as consequências que fazem com que a inflação seja alta ou seja baixa.

Costumo dizer sempre, Deputado Belinati, se colocarmos uma quantidade de famílias numa ilha, onde não se compre e não se venda, onde não se tenha consumo e não se tenha dinheiro, a inflação vai ser zero, mas não haverá produção, não haverá progresso, não haverá incremento ao desenvolvimento consolidado. Portanto, tenho medo. Não vejo como possamos, num País que tem necessidade enorme de aumento de produção agrícola, é um País agrícola, não vejo como um agricultor, necessitando renovar o seu parque de máquinas, que vá financiar um trator, uma ceifadeira com juro alto, quando o preço do seu produto para manter a cesta básica baixa, não sobe na correspondência para ele poder pagar. Não vejo como uma atividade industrial possa ser implantada num país se ela depende de financiamentos e neste financiamento o juro é elevado. E o produto a ser produzido está pela concorrência em preço baixo e não sobe na correspondência do juro.

Estamos na nossa Nação, efetivamente, vivendo um período que precisa de reflexão. Cada um de nós que tenha lido sobre economia, é capaz de entender que uma das teorias para se poder derrubar a inflação, é a recessão. É o remédio amargo, é a morfina no doente terminal. Poucos países adotaram o processo de recessão para combater a inflação. Porque a inflação termina, também, com a capacidade de produção de um país. E temos exemplos mil. Além de termos saída de dinheiro maior que a entrada, estamos com coisas que não se explica.

Uma cota para não importação de carros. Mas ao mesmo tempo as montadoras de carros anunciando férias coletivas porque não têm para quem vender sua produção. Quer dizer, alguma coisa não está correta no andamento do Plano Real.

Acho que por um curto espaço de tempo para dar uma desaquecida no consumo, poderíamos manter uma taxa de juro elevada como estamos levando. Mas não é possível que isso seja por longo espaço de tempo, sob pena de aniquilarmos atividade produtiva desta Nação.

E quando Vossa Excelência, Deputado Belinati, colocava o assunto da desindexação de salários, da livre negociação de

salários, me assusto!

Assusto-me do empregado da farmácia da esquina. Assusto-me do trabalhador do pequeno comércio. Assusto-me daquele que não faz parte de um grande sindicato. Porque a negociação direta entre patrão e empregado se dá com força quando se tem uma categoria grande e organizada. O metalúrgico do ABC Paulista certamente vai negociar salário com a indústria. Ele é organizado, ele é forte, ele paralisa a produção. Ele tem uma consciência sindical forte.

Agora, quando temos um salário mínimo de 100 reais e o próprio Ministro nos diz que daqui um ano ele pode mudar, pergunto: como vai fazer o empregado da mercearia que trabalha em dois, que não faz parte de sindicato nenhum, que se for pedir aumento de salário o patrão põe ele pra rua e contrata outro no lugar dele. Que força essa grande massa do trabalhador brasileiro vai ter para negociar salário?

Porque a grande massa do trabalhador brasileiro, Deputado Belinati, não pertence aos grandes sindicatos. Ele está diluído. Nas cidades do interior têm muitos trabalhando por menos de um salário mínimo. E percebemos aumento de produtos, sistematicamente, no mercado. Vi uma reportagem de uma associação de senhoras de São Paulo que percorrem mensalmente supermercados, levantando produtos mínimos de consumo feminino, e no mês passado, alguns deles subiram 33%. Esses itens, certamente, não entram no custo da cesta básica para se fazer a variação da inflação do mês.

Então, parece-me que todos temos obrigação de apoiar e defender o Plano Real. Também sou um fanático defensor. Procuro, no possível, acreditar que o Presidente tem que ter força para poder dar andamento a seu plano. Mas, indiscutivelmente, tem que haver correções. Para que não venhamos a transformar essa legião de trabalhadores que hoje se diz à boca cheia que está comendo mais, porque a cesta básica está barata, amanhã poderá ser um desempregado que nem cesta básica vai comprar, porque não tem, sequer, um emprego.

As grandes empresas estão despedindo. Não estamos abrindo novos empregos. Não se está ampliando a produção nacional. Isso, na verdade, tem que ser pensado e tem, sim, que ser assunto desta Assembleia Legislativa. Porque se existe assunto que pode unir Parlamentares das mais variadas legendas partidárias, é o amor da discussão pelas coisas do nosso país.

E aqui na Assembleia, nas Câmaras, nas associações comerciais, nos sindicatos, é fórum também para discutirmos a questão que estamos vivendo no país. Mostram muitos economistas, a despeito de um aparte que ouvi de Vossa Excelência, muitos eco-

nomistas hoje estão de orelha em pé, temerosos do que possa acontecer na sequência com o Plano Real. Estamos forçando um valor da nossa moeda que não tem.

Ainda ontem o Banco Central comprou dólar na praça. Se não tivermos cuidado, acabamos nos levando pelo ufanismo deste plano, ao descontrole dele, porque estaremos dando loas a um plano que precisa de correção, porque a sociedade brasileira está sem dinheiro.

Percebo nas regiões do interior, os municípios que represento, não há circulação de dinheiro na praça. Pode ser que nos meios empresariais encontre-se forma de ter dinheiro, mas o próprio trabalhador está sabendo a escassez do dinheiro, embora o produto esteja barato.

E não precisa ir longe, Deputado Alborghetti, para enxergarmos o quanto de risco se tem nisto. A Argentina está com uma inflação baixa, mas o argentino não tem dinheiro no bolso para comprar o tradicional litro de vinho que toma junto com a família na hora da refeição. E não podemos permitir que um país que entrou no Plano Real com reservas cambiais, tenha que gastá-la toda apenas para manter a inflação baixa, sem atacarmos definitivamente as causas que levam a uma inflação ser alta ou baixa, porque ela é como a febre do organismo: se o organismo estiver sadio, a febre é baixa; se o organismo estiver doente, a febre será alta, e não estamos tratando do corpo, estamos tratando apenas da febre.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Encontra-se em visita a esta Casa, o Colégio Municipal Doutel de Andrade, da Boa Vista, Curitiba. Professores que acompanham os alunos: Erony, Eliane e Alda. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, analisando o pronunciamento do Deputado Antonio Belinati, uma coisa é correta, porque se você ligar, vamos começar pelo Jornal do SBT, do Bóris Casoy, da Rede do Dr. Paulo Pimentel, depois você passa para a Bandeirantes, estou indo na sequência, depois da Bandeirantes você corre para a Globo, termina a Globo, você corre para a Manchete, que é transmitido pela Independência, futuramente Rede Record e aí você vê, e na totalidade dos jornais, as mesmas opiniões, as mesmas opiniões de vários comentaristas, os vários analistas políticos, vários analistas da economia brasileira.

E uma coisa, o Deputado Antonio Belinati está certo, também está certo o Deputado Cezar Silvestri. Acho que o plano tem

que existir, o plano é um plano que veio para consagrar, para baixar a inflação. Concordo, tudo bem, mas uma coisa não entendo: por que um carro nacional custa mais caro do que um carro importado, porque um trator nacional custa mais caro, Deputado Nerone, do que um trator importado, por que um caminhão nacional custa mais caro do que um caminhão importado?

Outra coisa, não concordo com esta balela e esta cascata. Não concordo e não vou concordar nunca na vida, porque dizer que o povo está comendo mais, é mentira. Pára gente! É mentira, mentira, mentira, mentira.

Tenho como exemplo uma Senhora que veio agora ao meu gabinete. Ela chegou com os olhos saltados para fora e me lembrou a reportagem da Folha de Londrina, onde dizia, na reportagem, que a mulher apanha mais quando termina o salário do marido, do dia 1º ao dia 15. Então, foi agora, uma mãe do meu Estado, receber um ôculos, junto com a filha, e com este olho esquerdo saltado, com um enorme hematoma. E perguntei para ela o que é que aconteceu. Ela disse que quando o marido recebe o dinheiro, que ele compra a cesta básica, leva para casa, que está toda a comidinha em casa, tudo bem, tudo certo, está tudo bem. Quando termina o capim, o dinheiro, a bufunfa, a grana, o tutu, o homem vira o capeta, vira o cão comendo manga, espuma. Então, ele chega em casa, já com a cara cheia, bate na criança, ela vai defender a filha, ela leva porrada, leva soco, ele a espanca de todas as maneiras. Sabem por quê? Porque acabou o dinheiro!

Então, como é que o povo está ganhando tão bem assim?

Entrevistei hoje, na televisão, veja bem, Deputado Belinati, um marginal. Três bandidos entraram num ônibus, cortaram a mão, pasmem os Senhores, cortaram a mão de um professor, não me recordo o nome dele agora, cortaram a mão dele aqui e vieram até aqui, para arrancar a aliança. Como a aliança demorou para sair, o bandido ficou nervoso e deu um tiro na boca do estômago do professor! Aí a minha equipe de trabalho foi conversar com o bandido: "- por que você não tirou a aliança e foi embora?". Ele: "- Não, eu precisava da aliança, porque depois eu empenho e faturei uma grana, porque eu preciso de grampo. Se eu não chegar em casa, as crianças choram e tenho que meter a máquina neles." Então barriga vazia o vagabundo mete a máquina! Sai para assaltar.

O Senhor sabe o que aconteceu anteontem à noite? Domingo à noite, um Engenheiro Civil do Paraná, que cursou a Universidade, que estava no bairro do Batel, Belinati, aqui, no centro da Capital, parou pra comprar uma pizza. Quando ele vol-

tou, três menores meteram a máquina, ele reagiu, eles mataram o engenheiro, botaram no porta-malas e abandonaram perto da porta de Delegacia, no Município de Araucária. Sabem para roubar quanto? 20 reais e o toca-fitas, para vender!

Ontem um petroleiro que saiu do seu trabalho e foi para a Universidade, saiu no Diário Popular hoje, saiu na "Tribuna do Paraná" hoje, e noticiei ontem, às 10:00 horas, no centro da Capital do Paraná, no bairro Água Verde, onde está construindo aquele Shopping monstruoso, na 7 de Setembro, o jovem ia para casa, o bandido meteu a faca e falou: "A grana." Ele falou: "Estou sem nenhum". O bandido: "Então vai morrer". Enfiou a faca primeiro no coração e depois na barriga do rapaz. Correram, chamaram a Polícia, ele chegou morto no hospital. Ele voltava a pé para casa, não tinha dinheiro. Mataram para roubar! Ele não tinha um centavo!

Então não entendo o que acontece, não dá para entender! Por outro lado parablenizo até o Ministério Público, porque graças ao Ministério Público de meu Estado dois policiais foram achar um trabalhador que veio no meu gabinete. O trabalhador chegou no meu gabinete e falou: "Deputado, eu tenho um carro, um Chevette 86, estão querendo mais cinco mil reais, porque eu participei de um atropelamento aí e decretaram a minha prisão preventiva e se eu der o Chevette, eu não vou ser preso, e agora eu vou ter que pagar o pedágio". Sabe o que fiz? Armei com a minha equipe para filmar, com gravador. Meteram os dois policiais na cadeia.

Então tenho que parabenizar o Ministério Público. Tenho que parabenizar o Poder Judiciário, porque no Rio de Janeiro prenderam quatro policiais que deram fuga no Bangu I, que foi inaugurado pela 13ª vez. Pela 13ª vez inauguraram a penitenciária de Bangu I. Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Os quatro policiais? Fugiram quatro traficantes e nenhum policial viu. Fugiram na cara da polícia.

O Superintendente da Polícia Federal foi afastado do cargo do Rio, porque é corrupto. Afastaram o homem que mandava no Aeroporto de Cumbica porque é ladrão e ontem foi preso um Coronel da Aeronáutica - um anãozinho desse tamanhozinho, gordinho, fortinho, coisa mais lindinha do mundo. Apareceu na Globo e em tudo quanto é lugar. Bravo, rapaz! Homem bravo! Estava com o capeta no corpo e não queria ser preso, não. Sabem porque ele foi preso? Porque ele trazia de Miami, em containers, todo o armamento dos traficantes de drogas do Rio de Janeiro. Coronel da Aeronáutica. É brincadeira! Não dá para entender.

Por isso parablenizo o pronunciamento do Deputado Belinati, o do Deputado Augus-

tinho Zucchi, do Deputado Valdir Rossoni, que, só porque fez críticas para defender 1.200 eleitores no seu município, estão pensando que ele é cavalo de batalha. Mas não tenha medo não. Bandido bom é bandido morto. Não tenha medo não. Vamos endireitar esse País um dia. Não sei quando. Não sei quando. Eu ainda sou daquela opinião - Nerone, me perdoa - ou você endireita no voto ou na bala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SERGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"O mundo vive hoje, um fenômeno que já se convencionou designar por 'Globalização'.

Somos desafiados a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional estão sendo recobertos pelas relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala mundial.

É dentro desse cenário de globalização que devemos inserir a nossa compreensão do MERCOSUL.

Um grande território sem fronteiras comerciais, o maior do hemisfério sul, com doze milhões de quilômetros quadrados, população pouco abaixo dos 200 milhões de habitantes, onde se falam duas línguas e se produz riqueza anual superior a 700 bilhões de dólares.

Assim se pode definir o Mercado Comum do Sul, que nasce da força conjunta de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e desde já firma-se como um dos maiores blocos econômicos do mundo.

O objetivo fundamental do MERCOSUL é a busca do crescimento econômico, aumento da competitividade internacional dos quatro países, com incremento da produtividade, investimentos tecnológicos e modernização do processo produtivo.

Para tanto, quatro países buscam criar, ao longo do processo de transição, um mínimo de disciplina comum, capaz de ajustar as díspares realidades econômicas nos seus mais variados aspectos.

E nesta proposta de troca de capitais, tecnologia e experiências empresariais, o Paraná surge como um dos Estados mais competitivos do Brasil, e deve procurar mostrar a todos que sua vida econômica vai se tornar, irreversivelmente, integrada ao MERCOSUL.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná possui um perfil econômico equilibrado, onde as atividades do setor primário, secundário e terciário estrutu-

ram-se (nas ações dos governos sérios que se sucedem em nosso Estado), numa proporção harmônica de causar inveja a qualquer Estado produtor.

O Paraná é, juntamente com Minas Gerais e Santa Catarina, um dos três Estados mais ricos da Federação, com uma área de 199.709 quilômetros quadrados, de clima temperado, com uma população de 8.587.370 habitantes, sendo desta população 73,36% na zona urbana e 26,64% na zona rural.

Possui 61 escolas de nível superior, e um baixo índice de analfabetismo que chega apenas a 14,9% e um Produto Interno Bruto de 28 bilhões de dólares, possuindo 12.500 quilômetros de rodovias pavimentadas, e 2.243 quilômetros de ferrovias.

Ainda podemos citar como exemplo, a energia elétrica gerada pela Usina Binacional de Itaipu, que ultrapassa a 57 bilhões de quilowatts/hora.

O Pólo Turístico Internacional de Foz do Iguaçu, o primeiro do MERCOSUL, que abrangerá as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazu (Argentina), Ciudad Del Est, Hernandarias, Puerto Franco e Mingua Guazu (Paraguai), cujo pólo já está sendo demarcado em seus limites geográficos.

Este pólo criará um programa comum de 'marketing' regional e porá fim aos obstáculos à integração do turismo da região.

O nosso Estado possui ainda, a área de maior potencial em desenvolvimento, na atualidade, que é o 'software', através da capacitação fornecida pelo Centro Federal de Tecnologia do Paraná - CEFET e a PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A vocação agrícola do Paraná levou ao aprimoramento científico e tecnológico a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Tecnologia, que possui dois centros de grande importância nacional, que são: o Centro Nacional de Pesquisas da Soja, localizado em Londrina e Centro Nacional de Pesquisas em Florestas, que fica aqui em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba.

Isto, sem contar que a medicina do Paraná passa a ter, no Hospital de Clínicas, um dos centros mais atuantes de transplantes de medula óssea do País.

Poderíamos citar ainda, a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), como um dos mais expressivos distritos industriais do Brasil, onde centenas de empresas formam uma 'malha de excelência' composta por unidades fabris de vários tamanhos, concentrando o que existe de mais moderno em relação ao Parque Industrial do País.

O Paraná possui o maior sistema cooperativo do País, cujos objetivos concentram-se nos ciclos de abate de animais e industrialização de carne, citricultura e

fabricação de sucos concentrados, produtos derivados de milho e fiação do algodão, e segundo fontes da OCEPAR, o Paraná possui 64 cooperativas, que reúnem 147.600 associados. E a maior cooperativa do Brasil tem sua sede no Paraná, que é a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda." Esses são os dados que mostram a riqueza do Estado do Paraná. Mas logicamente, existem dificuldades. A nossa carga tributária, que representa 31% do PIB, mas somente no que se refere à iniciativa privada. Porque as empresas públicas não pagam essa taxa tributária. O grave momento pelo qual vive e passa o nosso pequeno agricultor, que não está tendo condições de competir com o agricultor argentino, uruguaio e muitas vezes o próprio paraguaio, em função da alta tecnologia desses países.

A grave crise do setor do comércio exportador, principalmente o comércio-formiga, que foi uma das grandes atividades econômicas da minha cidade, Foz do Iguaçu, hoje está à bancarrota. Está literalmente quebrada.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Sérgio Spada, tenho falado já de muito isto, desde a Legislatura passada, a preocupação com relação ao MERCOSUL.

Acredito que nós, Parlamentares, não podemos aceitar a questão do MERCOSUL como fato consumado da forma como está. V. Exa. levanta algumas preocupações, preocupações realmente que devemos levar ao Governo Federal, porque com relação a agricultura principalmente, debatíamos há poucos minutos atrás a questão do "Plano Real", a dificuldade do pequeno empresário, o pequeno produtor rural vem passando no País, mas principalmente com relação a agricultura se não tivermos pelo menos um tratamento igualitário entre principalmente as questões com relação aos impostos aqui no País, não temos condição nenhuma de competir com os produtos agrícolas, principalmente da Argentina.

Não podemos aceitar isto calados. A Argentina já tem pela própria natureza alguns privilégios. Nós a questão de três anos atrás fizemos uma visita nas regiões agrícolas da Argentina. Constatamos que algumas regiões há mais de quarenta anos se planta trigo e não se usa adubo, usa-se o mínimo de fungicida e praticamente não se usa herbicida, enfim, tendo vários privilégios que a própria natureza lhes deu. E além disto a carga tributária na Argentina é cinco vezes menor que no Brasil.

Com relação a questão de fretes, os

fretes também são de quatro a cinco vezes menores que os fretes aqui do Brasil. As questões portuárias, as tarifas alfandegárias nossas também são, principalmente no Porto de Paranaguá, de quatro a cinco vezes maiores que nos portos argentinos.

Então, acredito que temos o dever, inclusive de levantarmos esta questão. Se aceitarmos o MERCOSUL como está, inclusive temos o Subgrupo 8 no MERCOSUL que trata exclusivamente com relação a questão da agricultura. Temos que lutar para ter um paranaense nesse Subgrupo 8. O por quê disto? O Paraná é o Estado que tem maior produção agrícola do País, representa em torno de 25% da produção de grãos do País e não temos um representante. E o que vem ocorrendo com o passar do tempo que essas coisas já estão sendo praticamente definidas e se não lutarmos vai ser decretada realmente a falência da agricultura nos três Estados do Sul do País, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Acho de fundamental importância este seu pronunciamento e devemos alertar o Governo quanto a esta questão. Não podemos ficar calados porque senão realmente estamos levando a agricultura destes três Estados à falência.

O SR. SERGIO SPADA - Agradeço o aparte de V. Exa..

Senhor Presidente, para concluir. Mas o que me traz no entanto na tribuna neste momento é para dizer, comunicar à Casa, que dei entrada em um projeto de resolução que pede a criação de uma Comissão permanente, Comissão Técnica Permanente, para tratar de assuntos do MERCOSUL na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Isto porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não sei se é só impressão minha, mas sinto a sensação de que a questão MERCOSUL que é uma realidade que se avizinha a passos largos, está trazendo sérias e graves consequências para diversos setores da nossa economia, particularmente para a agricultura.

Este assunto não vem sendo tratado com a devida necessidade e importância que merece e precisa ser tratada. Eu, no Congresso Nacional, participei, inclusive, de uma Comissão Técnica Permanente do Congresso, da Câmara dos Deputados, que tratava exclusivamente das questões do MERCOSUL, visando adaptar a legislação e outras questões desta natureza. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul existe há vários anos uma Comissão Técnica que trata na Assembleia Legislativa das questões do MERCOSUL, de forma formal e é isto que pretendemos fazer nesta Casa.

Existem projetos de outros Deputados, um dos quais o Deputado Caio Quintana,

existe uma Comissão Especial, apresentada a criação pelo Deputado Irineu Colombo. Quero fazer, juntamente com o Caíto, Colombo, e demais Parlamentares, fazer com que a Assembleia Legislativa, que sempre foi um fórum de debates das grandes questões do Estado do Paraná seja também o fórum de debates do MERCOSUL, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Emenda à Constituição, bloco Parlamentar municipalista. Esta Presidência, com base no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo de 3 dias, a partir de amanhã, dia 29 do corrente mês, para o oferecimento de emendas com apoio regimental.

Sobre a mesa, OF/CTL/SEEG nº 105/95, subscrito pela Senhora Governadora do Estado em exercício, constante do expediente, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo nº 002/95, de 15 de fevereiro do corrente ano, sua ausência do País no dia 30 deste mês, com destino à Província de Corrientes, Argentina, para um encontro de Governadores dos estados membros do CODESUL e das províncias Argentinas integrantes do CRECENEA Litoral, onde serão também tratados assuntos ligados ao MERCOSUL. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Renato Acur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Três projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Renato Acur, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Dois projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Aigaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1887, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Aiborghetti,

constante do expediente solicitando dispensa do interstício para a realização de Sessão Extraordinária tantas quantas forem necessárias, a serem realizadas no dia 29 do corrente mês. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aigaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuição aos Senhores Deputados.

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/95, que objetiva estabelecer disciplinamento para aposentadorias voluntárias em que se somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e período de outras atividades, adotando-se critérios para proporcionalidade de tempo em cada modalidade em relação ao previsto nas alíneas "A" e "B", do inciso III, do Art. 40, da Magna Carta e das outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 251/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 051/95), tem por objetivo estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias que somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, conforme específica.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar sua tramitação nesta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 251/95

PARECER:

Para análise desta Comissão o projeto de autoria do Executivo Estadual que "objetiva estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias que somem, na contagem de tempo de serviço, período de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, conforme específica."

De acordo com o § 6º do Artigo 33 do

Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face a justificativa apresentada somos de parecer favorável, desde que condicionado às emendas anexas, de números 1 e 2.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.95

(aa) PERICLES DE MELLO

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. NERONE (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, procurados por uma diretoria da APP, Paraná, nós vamos votar este projeto na tarde de hoje, ressaltando que a Bancada do PT votará este projeto amanhã, a partir da aceitação ou não das emendas que virão. Tentaremos modificar esta emenda, e na medida do possível, está se tentando junto ao Tribunal uma prorrogação do prazo até o final do ano, para melhor se discutir a matéria.

O Deputado José Maria tem uma emenda a respeito do projeto, a Bancada do PT vai apresentar outras emendas, mas esperamos que a Justiça do Paraná prorrogue o tempo para que possamos discutir a ideia com os professores do Paraná, já que este projeto atinge uma quantidade enorme de pessoas, e passa quase a toque de caixa nesta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, eu estaria votando favorável nesta 1ª votação, mas constam já protocoladas, duas emendas, uma aditiva e outra supressiva, ao Artigo 1º e ao Artigo 8º do presente projeto. Amanhã teremos condições de apreciá-lo melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - **Aprovado o Projeto.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas para comunicar que nesse momento nós estamos iniciando mais uma reunião da CPI da prostituição infantil, e os Deputados que são membros já foram convocados. E mais uma vez, ressaltar que teremos um depoente na Sala das Comissões.

Justificamos a nossa retirada de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa informa aos Srs. Deputados componentes da Comissão - ou de qualquer comissão - que, concomitantemente com o Plenário da Assembleia, não é permitida a realização de reuniões das comissões.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/95, que objetiva autorizar

o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a contratar, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), cujos recursos serão destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, para o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, a ser implantado pelo IAPAR. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 250/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 050/95), tem por objetivo autorizar o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a contratar, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) conforme especifica.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 250/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a contratar, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), conforme especifica.

Sobre a matéria, já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças tem o mesmo entendimento que o da Comissão supracitada, para tanto emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00 (oitocentos e setenta e qua-

tro mil, seiscentos e quarenta e sete reais), ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Segurança Pública visando atender a aquisição de equipamentos e material permanente por intermédio do Fundo de Reequipamento para a Polícia Militar - FUMPM. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 249/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 049/95), tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00 aprovado pela Lei Estadual n° 11.033 de 30.12.94, visando atender aquisição de equipamentos e material permanente por intermédio do Fundo de Reequipamento para a Polícia Militar-FUMPM.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 249/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30.12.94, visando atender aquisição de equipamentos e material permanente por intermédio do Fundo de Reequipamento para a Polícia Militar-FUMPM.

Sobre a matéria já existe o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3° do art. 33, do Regimento Interno, não encontramos nada que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 035/95. Aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.255.816,00 (onze milhões oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dezesseis

reais), aos vigentes orçamentos próprios do Deputado Estadual de Transporte Oficial, do DEAP, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, da Rádio e TV Educativa do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná, do Instituto de Educação do Paraná, do Colégio Estadual do Paraná, de Agricultura do Paraná, do Instituto Ambiental do Paraná, da Fundação Ação Social e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 191/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriunda da mensagem n° 035/95, tem por objetivo a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.225.816,00 ao Orçamento Geral do Estado.

A Mensagem do Senhor Governador esclarece que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1994 e irá suprir necessidades de diversos órgãos estaduais, como o Arquivo Público, Departamento Estadual de Transporte Oficial, I.P.E., Rádio e Televisão Educativa, Colégio Estadual do Paraná, entre outros.

Estando conforme no aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável à presente proposição, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 191/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.225.816,00 ao Orçamento Geral do Estado.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da aouta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, conforme preceitua o § 3°, do art. 33 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e a Comissão de Finanças manifestase favoravelmente, tendo em vista que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1.994 e irá suprir necessidades de vários órgãos estaduais.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/95. Aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00 (dois milhões seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Segurança Pública visando atender as despesas com obras, ampliações, adaptações, reparos e melhorias em delegacias de polícia e cadeias públicas, mediante convênios e parcerias com diversos municípios do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprova-**
do.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 190/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Justifica o Senhor Governador que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria Secretaria de Segurança Pública e visa atender despesas com obras, ampliações, adaptações, reparos e melhorias em delegacias de polícia e cadeias públicas em vários municípios de nosso Estado.

Estando amparado na Constituição do Estado, a presente proposição recebe desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável para a sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 190/95

P A R E C E R:

Trata o presente projeto de lei, cuja autoria é do Poder Executivo, da aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00 (dois milhões seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Diante da justificativa apresentada pelo Exmo Sr. Governador do Estado do Paraná e, tendo em vista que o referido Projeto visa, em última análise, trazer soluções à problemática carcerária bem como melhorar as condições das delegacias de polícia, recebe parecer favorável para sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) MILTON PUPPIO - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00 (Um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 189/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00 (Um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, conforme específica.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 189/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Finanças o Projeto de Lei nº 189/95, de autoria do Poder Executivo, visando a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00, ao vigente orçamento do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Este Crédito Suplementar tem por objetivo custear obras de recuperação das instalações do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Sendo submetido à análise da dita Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos qualquer óbice à sua tramitação, tendo em vista que prevê a procedência dos recursos, sendo estes decorrentes do cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

TERM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 17/95, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1.996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. Aprovado o Substitutivo Geral. Aprovado o Projeto. (Publ. no D.A. nº 35, de 18/04/95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 113/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1996.

Estando amparado na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 113/95

PARECER:

Trata-se do Projeto de Lei nº 113/95, oriundo da Mensagem Governamental nº 17/95 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1996.

A L.D.O. - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996, foram apresentadas um total de 51 (cinquenta e uma) Emendas, das quais foram acolhidas 33 (trinta e três) e não acatadas 18 (dezoito) Emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu face a motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma, inoportunidade da proposta - já que em muitos casos o momento tecnicamente adequado para proceder as alterações nelas indicadas será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária, ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual bem como da Lei nº 4.320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

O Substitutivo apresentado contempla e

faz valer as prerrogativas dos Senhores Deputados, na medida em que a ele foram incorporadas a quase totalidade das Emendas apresentadas.

Ante o exposto somos pela aprovação do presente Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoio: Valmor Trentini, Luiz Cláudio Romanelli, Albanor Gomes e Plauto Miró Guimarães.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Coube-me a honra, como membro da Comissão de Orçamento desta Casa, escolhido como relator pelo Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Nelson Justus de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias que regulará o orçamento para o próximo ano. Como todos os nobres colegas sabem e conhecem, a LDO é o alicerce da Lei Orçamentária. Com toda certeza, ela, comparando-se de uma maneira até grosseira, significaria a planta, um projeto arquitetônico para aquele prédio que se pretende construir. A Lei Orçamentária fixa as diretrizes básicas para o Orçamento que receberemos no segundo semestre para vigorar a partir do próximo ano.

A LDO encaminhada pelo governo do Estado, os deputados estaduais apresentaram 51 emendas. Eu, o Deputado Nelson Justus, os membros da Comissão de Orçamento estudamos detalhadamente essas emendas de uma maneira muito interessante. Posso, como relator, dizer ao Plenário desta Casa que a qualidade das emendas apresentadas a LDO, esse ano, é surpreendente. Os Deputados debruçaram-se sobre a LDO, sobre a Mensagem do Governo, procuraram garantir as prerrogativas do Poder Legislativo e nós, ao lado do Deputado Nelson Justus, como relator da matéria, procuramos resguardar essas prerrogativas.

De um total de 51 emendas apresentadas, acolhemos 33 emendas dos Deputados, de tal sorte que todo o parlamentar que tenha apresentado uma ou mais emendas e todas as bancadas que apresentaram emendas à LDO tiveram acolhida, no nosso Substitutivo Geral, pelo menos uma emenda. Deputados, elaboramos um raciocínio de que as prerrogativas do Poder Legislativo deveriam ser mantidas, as delegações, implícitas do Poder Legislativo, Sr. Presidente, para o Poder Executivo, com cautela, acolhendo as emendas dos nobres colegas Deputados, fizemos questão de extirpá-las da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Porque entendemos que o Parlamento é forte quando pode legislar sobre matéria orçamentária. Não seria correto da parte do Poder Legis-

lativo como um Poder, delegar - de antemão - seus próprios poderes para que o Poder Executivo pudesse suplementar, por decreto, as verbas orçamentárias necessárias. Mesmo porque terá ainda uma grande oportunidade, Presidente Nelson Justus, de fazê-lo quando da elaboração do orçamento.

Então não estamos dando agora, neste momento, esta possibilidade ao Poder Executivo, mas, com toda certeza, na medida em que resguardarmos os poderes do legislativo, faremos com que quando haja necessidade de suplementação orçamentária, isso poderá ocorrer sem traumas, desde que passe por esta Casa de Leis.

Uma outra preocupação que nós tivemos foi de fortalecer o Legislativo, dando condições e meios para que o Executivo, quando da elaboração da proposta orçamentária, encaminhe detalhadamente e de forma documentada toda a situação financeira, toda situação econômica do Estado do Paraná, toda a arrecadação, toda a previsão de despesa. Não só a realizada, mas inclusive a previsão, de tal sorte que nós, parlamentares, tenhamos condições plenas de, conhecendo com profundidade a realidade financeira do Estado do Paraná, avaliarmos e elaborarmos com sabedoria o orçamento do nosso Estado. Tivemos a preocupação também arduamente discutida com o nosso Presidente, tanto da Assembléia quanto o Presidente da nossa Comissão de Orçamento - Deputado Nelson Justus de firmar uma posição, a de não aceitarmos a apresentação de emendas quando da elaboração da Lei do Orçamento, para atendermos entidades com subvenção social. Não proibimos que elas tenham subvenção social.

Entretanto isso deverá ser feito através da Secretaria da Criança e da Família. Por que, Deputado Nelson Justus? Nós enxergamos lá longe. O episódio lamentável que envolveu o Congresso Nacional quando, com a boa intenção dos parlamentares, tentando atender entidades filantrópicas com destinação de dotação orçamentária específica para subvenção social, muitas vezes se tem a possibilidade de acertar em 100% dessas entidades. Mas levou outra, uma ou duas podem passar de maneira despercebida, tornando-se, no futuro, entidades fantasma.

E isso desmoralizaria, com toda certeza, esse resgate do Poder Legislativo que nós estamos fazendo - não só aqui no Paraná mas a nível de Congresso Nacional. Para evitar o mal, cortamos pela raiz. Nós não apresentaremos emendas para destinar recursos no Orçamento para subvenção social, mas haverá mecanismos, através da Secretaria da Família e da Criança para que as entidades que estejam em funcionamento, para as entidades filantrópicas regularmente cadastradas, de averiguar se essas

entidades funcionam. E aí criamos mais um fortalecimento onde todos os recursos arrecadados com jogos de azar serão carreados para a Secretaria da Criança e da Família, possibilitando, essa emenda apresentada pelo Deputado Anibal Khury, o fortalecimento das verbas para atender as crianças do Estado do Paraná.

Fortalecemos o municipalismo do nosso Estado na medida exata em que acolhemos emendas que propiciam dotação orçamentária específica, dotação fiscal e quando da elaboração do Orçamento, com recursos para a municipalização da educação, da saúde, para a pequena propriedade rural e também recursos financeiros para o transporte escolar. Enfim, fortalecendo o Poder Legislativo, fortalecendo esta Casa de Leis, nós procuramos elaborar o nosso parecer.

Resumindo e concluindo, Deputado Nelson Justus, foram alguns dias de trabalho onde todas as matérias, todas as emendas apresentadas pelos nossos colegas foram exaustivamente estudadas. Umas, acolhidas integralmente, outras, acolhidas parcialmente, outras, tivemos que adaptar a redação inicial ao Substitutivo que, com muito trabalho, com o apoio da assessoria da Comissão de Orçamento conseguimos elaborar.

Por isso, Sr. Presidente, amplamente discutido que foi nesta Casa de Leis, amplamente discutido com os nobres Deputados, com a Comissão de Orçamento, discutido e debatido alguns pontos polêmicos, com o próprio Secretário do Planejamento, para evitarmos de uma maneira brutal vetos total ou parcial ao nosso Substitutivo Geral, buscamos um consenso. Mas tenho absoluta tranquilidade que neste consenso buscado pela Comissão de Orçamento, a todo momento a preocupação maior foi a de manter as prerrogativas do Poder Legislativo. Esta, Sr. Presidente, foi a nossa conduta, a nossa cautela maior: dar condições que o Orçamento do próximo ano seja elaborado de uma maneira que fortaleça o Poder Legislativo, que fortaleça o municipalismo, mas em hipótese alguma delegando poderes que entendemos que jamais a Assembléia Legislativa poderá delegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero nesta oportunidade solicitar a todos os companheiros aqui da Assembléia, os Pares do Poder Legislativo, que acompanhem o voto do Relator, ao tempo em que em meu nome, em nome da Comissão de Orçamento, faço um agradecimento especial e enalteço o trabalho do Deputado Durval Amaral que foi incansável. Só conseguimos chegar ao bom termo, como bem disse o nobre relator Deputado Druval Amaral, resgatar cada vez mais as prerrogativas deste Poder Legisla-

tivo, graças ao trabalho exaustivo e uma demonstração firme de que não só a comissão de Orçamento, como toda esta Casa, luta para permanecer com a sua independência, e mostrar que caminha junto com o Governo do Estado naquilo que é possível e demonstrando um perfeito entrosamento não só com a Secretaria de Planejamento como toda a Assessoria.

Fu voto, peço, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que acompanhem o voto do nobre relator ao tempo em que o parabênzelo pelo brilhante trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. ALGACI TULLIO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, quero também aproveitar e fazer aqui um registro da importância do trabalho feito por esta Casa e muito especial pela Comissão de Orçamento da Assembleia e dizer de que, como líder do governo nesta Casa, acompanhamos o trabalho desta Comissão de Orçamento liderada pelo Deputado Nelson Justus, pelo Deputado Durval Amaral, composta pelos Deputados: Albanor Gomes, Walmor Trentini, Plauto Miró, Angelo Vanhoni, e suplentes: Eduardo Trevisan, José Maria, Renato Adur, Sérgio Spada, Edno Guimarães, Basílio Zamusso e Emerson Nerone, e também pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Esta Comissão demonstrou acima de tudo o respeito que tem pelo Poder Legislativo mantendo as prerrogativas da Assembleia, mas ao mesmo tempo também demonstrou a sua sensibilidade no atendimento daquilo que é prioridade colocada nesta lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Governador do Estado do Paraná.

Acho que aqui há um dado importante, colocado pelo Deputado Durval Amaral, quando fala que 51 emendas foram colocadas nesta LDO, e delas, 33 foram aceitas, é uma demonstração de respeito a todos os Parlamentares, independente da cor partidária. Teve emenda aprovada do PT, do PMDB, do PP, do PTB, de todos os partidos, o que demonstrou o cuidado que teve esta Comissão no tratamento da análise desta matéria.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Nelson Justus, presidente da Comissão, o relator, Durval Amaral, e dizer que a Secretaria de Planejamento, que deu todo atendimento e recebeu também dos parlamentares desta Comissão as informações necessárias, o debate, e até mesmo o convencimento colocado por Vs. Exas. ao nosso Secretário do Planejamento, que teve a sensibilidade de entender que era preciso, em primeiro lugar, a harmonia deste Poder com o Poder Executi-

vo. Nós avançamos nesse processo, e parabênzelo a todos. Tenho certeza que em nome do Estado do Paraná, esta Assembleia não se furtará a votar favoravelmente a este substitutivo.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, Nelson Justus, Senhor Relator Deputado Durval Amaral.

Queremos nos juntar à falação do Deputado Algaci Túlio, pois percebemos que houve um avanço muito claro da LDO apresentada pelo Governo, cujo Substitutivo votaremos hoje.

Isso é fruto do trabalho desta Comissão, é fruto do trabalho sério dos Deputados, pois a Lei de Diretrizes teve atenção, foi enaltecida e complementada.

Quero registrar que, no ano que vem, insistiremos na apresentação das três emendas que este ano não foram aceitas.

E falamos hoje para deixar registrado justamente para que, durante o ano, possamos cobrar a efetivação dessas medidas.

1ª Emenda - Mudaria o Artigo 4º e propunha dois itens:

1) propõe que, junto com a LDO, uma vez que vem o valor do provável gasto com o funcionalismo, o Governo do Estado cumprisse, através dessa emenda, uma prerrogativa que a Constituição Estadual rege, no artigo 234 que diz: "O Estado publicará, anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores, lotados por órgão ou entidades de administração pública, direta, indireta e funcional, em cada um de seus Poderes, indicando cargo, função e a localidade do seu exercício, para fins de recenseamento e controle". Fizemos durante este ano dois requerimentos, e retiramos no último dia 19 de junho, a pedido do líder do Governo Algaci Túlio.

Este requerimento, tendo em vista o adiantado que o Deputado Algaci Túlio trouxe à Bancada do PT que no final de agosto apresentaria esta relação dos funcionários no Estado do Paraná.

Quero ressaltar aqui: nunca o Estado do Paraná foi encaminhada uma relação dos funcionários do Estado dizendo aonde efetivamente trabalham e aonde não.

Na nossa justificativa, colocávamos o seguinte: "O momento é de transparência na administração pública. A população quer saber quem trabalha para o estado e em que condições são pagos os salários dos servidores públicos, posto que o Governador do Estado diz que aumentar os vencimentos dessa classe laboral comprometerá o orçamento do Estado e ultrapassará limites instituídos na Constituição Federal; tem-se certeza que o Governador está sensível ao momento político e econômico, e portan-

to, não se furtará a expor claramente qual a situação financeira da folha de pagamentos do Estado do Paraná".

Uma vez rejeitada essa emenda que previa que, na Lei de Diretrizes fosse remetida à Assembléia a relação dos funcionários ativos ou em disponibilidade e inativos, esperamos contar com a boa vontade do Governador e com a bancada do governo, para ter essa relação e deixar às claras, uma vez que essa era uma das principais críticas aos governadores anteriores.

Digo isso, Deputado Romanelli, com certa tristeza, porque esse foi um dos pontos críticos dos governos anteriores, dos quais Vossa Excelência fez parte.

No Paraná ninguém sabe quem trabalha, onde trabalha, quanto ganha, porque ganha e se deve ou não ganhar.

A Bancada do PT então, Deputado Algaci Túlio, espera o cumprimento daquela nossa promessa.

As duas outras emendas seriam:

No artigo 4º, inciso VIII: "As dotações a título de subvenções sociais e auxílios a serem concedidos exclusivamente pelo Poder Executivo, somente serão incluídas na Lei Orçamentária anual quando para atender despesas com instituições privadas de caráter assistencial, médicas e educacionais sem finalidade lucrativa, previamente definidas em anexo sobre proposta orçamentária anual".

Para que de antemão soubéssemos quanto seria destinado a qual instituição e assim criar mecanismos antecipados para controle da distribuição dessa dotação orçamentária.

A Lei de Diretrizes não contemplou isso. A fiscalização vai ficar complicada, mas esperamos que durante esse ano haja possibilidade, através de requerimentos, caso a caso, de um acompanhamento dessa dotação.

A 3ª Emenda - Artigo 2º, no inciso V, incluímos que: "A consolidação de uma política de integração do Paraná junto ao MERCOSUL, privilegiando ações e programas que elevem a capacidade competitiva do Estado e assegurem condições viabilizadoras aos setores obrigados à reconversão de sua atividade.

Faço minhas as palavras do Deputado Sérgio Spada que fez pronunciamento muito claro. Não preciso defender essa emenda do PT que não foi aceita, depois do seu pronunciamento.

Acho que o pronunciamento do Deputado Sérgio Spada com relação às necessidades de uma viabilização da nossa indústria, comércio e agricultura para ser competitiva e não submetida às políticas da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e quem mais vier.

Infelizmente não foi aceita, mas pro-

poremos no ano que vem, de novo.

Acompanharemos o que vai ser feito com relação a isso. A sua exposição contemplou muito bem isso e não é preciso mais falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com ficha de Inscrição no C.G.C. sob nº 80900657/0001-44, com sede no Município de Goioerê, Estado do Paraná e estabelece outras providências. **PARECER FAVORAVEL da C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. Com **PARECER FAVORAVEL DA C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL de Plenário. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte - Fazendinha - Curitiba-PR. Com **PARECER FAVORAVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquele município. Com **PARECER FAVORAVEL da C.C.C. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/95, de autoria do Deputado Ângelo Varnhoni, que revoga a Lei nº 9.342, de 19 de julho de 1990, e dá outras providências. (Criação do Município de Pontal do Paraná). **COM PARECERES FAVORAVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ângelo Varnhoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº

145/95.

Curitiba, quarta, em 28.06.95

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no Município de Piraquara. Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Comunicação da Senhora Emilia Salles Belinati, que será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETARIO - (Luiz Carlos Martins). (Lê):

"OF/CTL/SEEG Nº 105/95

Curitiba, 28.06.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de comunicar essa augusta Casa de Leis que, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo nº 002/95, de 15 de fevereiro de 1995, ausentar-me-ei do País, por algumas horas, no dia 30 próximo, com destino à província de Corrientes, Argentina, para comparecer ao encontro de Governadores dos Estados-Membros do CODESUL, e das províncias argentinas integrantes do CRECENFA-Litoral, onde serão também tratados assuntos ligados ao MERCOSUL.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA SALLES BELINATI
Governadora do Estado
em exercício

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY
Digníssimo Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento nº 1886, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1894, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nº 1873 a 1876, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1879, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1880, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1881, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1882, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1883, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1884, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1888, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1885 e 1889, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1893, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1872, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1895, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1877, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1896, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1850, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1855, de autoria do

Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - A Bancada do PT, preocupada com a situação nacional que vive o país, não só aqui mas no Planeta, a economia como anda na Europa, no 1º Mundo e em especial o que pode acontecer com nosso País, nós, amanhã, e sexta-feira, estamos promovendo um Seminário. Amanhã estará presente um dos economistas que foi coordenador do programa do Lula, estará fazendo uma palestra no Plenarinho, aonde vai discutir as perspectivas do desenvolvimento econômico do nosso país, as análises possíveis para o desdobramento do Plano Real e proceder uma análise sobre a situação do nosso país. Na sexta-feira nós estaremos discutindo com os técnicos do Iparde um perfil econômico do Estado do Paraná e também com a presença do Sr. Cássio Taniguchi, o programa de Governo do Jaime Lerner.

Então, gostaria de externar este convite, que a Bancada do PT faz a todos os Deputados, se puderem estar presentes amanhã no Plenarinho, às duas e meia começa este Seminário de perspectivas e desafios para o Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, talvez me passou despercebido, V.Exa. havia nos comunicado que a Comissão Especial para analisar a emenda a Constituição seria indicada por V.Exa. nesta Sessão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inês é morta. Já foi anunciado.

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Consulto V.Exa. para a leitura da comunicação, já havia sido autorizado o Governador e o Vice o deslocamento nos países da América Latina, apenas comunica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É até o fim do ano.

O SR. CAITO QUINTANA - Consulto a Mesa se o Presidente da Assembleia foi convocado e o horário de transmissão de posse para assumir o Governo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Presidente da Assembleia foi convocado e a

transmissão do cargo será as 16 horas no Palácio Iguazu. Espero contar com a presença de toda a Assembleia.

Requerimento nº 1899, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Nelson Justus, Rossoni, Caíto Quintana e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

A Mesa endossa o requerimento e submete a votação. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta ao Plenário se as Sessões Extraordinárias a serem realizadas amanhã podem ser feitas no período da manhã?

(Assentimento)

Então todas as Sessões serão realizadas no período da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 049 e 142/95.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 209 e 211/95.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113, 189, 190, 191, 249, 250 e 251/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/93 e do Projeto de Resolução nº 030/95

Marca ainda, Sessões Extraordinárias, logo após o término da Sessão Ordinária, com as ordens do dia a serem designadas.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1995.

"TRÊS LISTAS, UM SACO, UMA ARCA, TRÊS CHAVES, UMA CRIANÇA"

Noely Manfredini D'Almeida

TRANSCRIÇÃO:-

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1995.

" TRÊS LISTAS, UM SACO, UMA ARCA, TRÊS CHAVES, UMA CRIANÇA "

Noely Manfredini D'Almeida.

Talvez ~~1944~~ tenha mesmo sido o mais importante dos últimos quarenta e poucos anos; num só pleito o povo escolheu, nas chamadas eleições gerais, o seu presidente e vice, os governadores dos Estados, senadores, deputados federal e estaduais. Semelhante eleição, assim concorrida, só em ~~1950~~, por sinal até mais curiosa: além dos votos destinados a candidatos a governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores, também se escolheu o presidente da República, mas curiosamente, votou-se em separado para o cargo de vice-presidente, situação que se repetiu nos anos de ~~1955 e 1960, não mais.~~

Ao se falar em curiosidades, no ano de 1947, houve ainda votação para suplente de senador... e suplente de deputado estadual - o que nesses nossos tempos modernos já não teria cabimento.

Em 1965 entrou em vigor o atual Código Eleitoral, o quarto e que melhor capitulou as disposições penais em seu bojo; fossem todas as hipóteses de atos ilícitos devidamente apuradas e punidas, o processo e o procedimento eleitoral teriam expurgado, de vez, os maus elementos que se apossam das vagas políticas. Tivéssemos nós juízes eleitorais permanentes e não por empréstimo, os caminhos indignos e comumente percorridos pelos candidatos, já teriam sido melhor atalhados, do alistamento eleitoral à apuração de votos - fases em que os recursos e reclamações dos partidos somam-se à insatisfação dos eleitores, desconfiados dos resultados apurados nas eleições, e, caem todos eles, sobre as cabeças dos ilustres membros da corte eleitoral. A lembrar, somente no período de janeiro de 1994 a maio deste ano, o egrégio tribunal julgou 1.313 ações, aí incluídos os recursos. E são apenas sete julgadores.

Em 7 de junho a TRE do Paraná completa 50 anos, ao lado de seus 206 juízes, promotores, escrivães e chefias eleitorais, espalhados pelo interior do Paraná. Festejará a data com o auxílio de 174 servidores federais efetivos do seu quadro e mais 43 requisitados de diferentes órgãos e Estados do Brasil - pouca gente, é bom que se diga, para

conter as paixões de 5.793.357 eleitores residentes nos 371 municípios paranaenses e 23 partidos políticos registrados no TRE - o 6º maior colégio eleitoral do Brasil.

~~Começou seu tempo com apenas 9 funcionários no ano de 1945~~ - mas sempre contou com a colaboração dos eleitores transformados em mesários e apuradores de votos. Contou sempre com o inestimável auxílio das prefeituras municipais, nesses 50 anos, tomando emprestado seus carros e caminhões, os primeiros a carregarem as pesadas 900 urnas de madeira por todo o interior do Paraná. Não fossem os empréstimos de pessoal, salas, veículos, luzes, papéis e canetas... e não haveria, nunca, eleição.

A não ser que fosse como no tempo das ordenações filipinas, de 1603. As eleições ocorriam de 3 em 3 anos e o sistema era indireto. Os votantes apresentavam-se à mesa eleitoral e cada um sussurrava 6 nomes ao escrivão. Apurados os votos, os 6 mais votados eram designados "eleitores". Eram agrupados de 2 em 2 em três locais diferentes e comunicáveis entre si. Elaboravam suas listas de votação e elegiam os futuros vereadores.

Era fácil, então, a eleição em 1603 - bastavam 3 listas, 1 saco, 1 arca, 3 chaves e 1 criança até 7 anos. As listas dos "eleitores" eram guardadas em bolas de cera, chamadas de "pelouros de votação"; os pelouros eram colocados no saco, conservado este em uma arca com três chaves. Cada chave ficava sob a guarda de um vereador eleito no ano anterior. A 1º de janeiro as chaves eram repassadas a uma criança que abria a arca e retirava dela um dos pelouros. Estava assim, confirmado o nome do próximo vereador...

Não se precisava, pois, de milhares de mesários como hoje, nem de escrutinadores às centenas. Nem mesmo os partidos precisavam de tantos cabos eleitorais - os "boqueiros" ou caçadores dos votos dos indecisos.

Não se mobilizaria, naquele tempo, 20.000 boqueiros no Recife, como no ano de 1985. Ou os 600.000 "contratados" para as eleições em São Paulo, em 1990. Não se teria notícia como a que corre hoje no Paraná, de 1.200 reclama-

ções trabalhistas contra candidatos, alegando-se nelas despedida imotivada e não recebimento de haveres trabalhistas (PIS, FGTS, horas extras, vale-transporte, adicional noturno etc). Quem terá sido, aliás, o primeiro cabo eleitoral a considerar descumprido o contrato de "trabalho"? E como pretenderá comprovar o serviço feito - pelo número de votos arrecadados nas filas? Mas se o voto é secreto desde 1932... e à exceção dos famigerados "votos-correntinha" ou "votos-formiguinha", difícil será demarcar a atividade finalística da profissão do boqueiro. Ou será fácil?

Talvez eu não entenda nada de eleições, nem de "entreveros" políticos entre candidatos e cabos eleitorais - afinal, só tenho 15 anos de casa, dois livros de jurisprudência eleitoral e alguns artigos, obsequiosamente aprovados para publicação pelos chefes de redação da imprensa brasileira.

É pouco, muito pouco para se dizer uma especialista em direito eleitoral. E o que não fazem então, nossos juízes, membros da Corte Eleitoral do Paraná, e os 206 juízes do interior, eleitos para julgar... por apenas 2 anos? E sem nenhuma experiência anterior em socorro das decisões-relâmpagos que devem tomar?

~~Pudessem esses 50 anos serem re-~~ ~~tratados na imprensa escrita e falada.~~ ~~sem as maledicências comuns que nós,~~ ~~funcionários da Justiça Eleitoral costumamos ouvir em ano de eleições...~~ ~~pudessem esses 50 anos impedir que sejamos nós todos chamados de ladrões,~~ ~~corruptos, coniventes com os crimes eleitorais praticados pelos candidatos não por nós...~~

Pudessem todos os eleitores, partidos, advogados e candidatos conhecerem mais a fundo o trabalho desenvolvido nesses 50 anos - e talvez os processos fossem outros - bem como o reconhecimento.

De minha parte, estou satisfeita. Parabéns, Justiça Eleitoral do Paraná, neste 7 de junho, seu cinquentenário.

* Noely Manfredini D'Almeida - 9 livros publicados, entre eles "Jurisprudência eleitoral" e "Crimes eleitorais").